OBSERVADOR RURAL
Nº 143
Abril 2024

CONFIGURAÇÃO DA ESTRUTURA ECONÓMICA DE MOÇAMBIQUE NUMA PERSPECTIVA DE LONGA DURAÇÃO

João Mosca

O documento de trabalho *(Working Paper) OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento.

CONFIGURAÇÃO DA ESTRUTURA ECONÓMICA DE MOÇAMBIQUE NUMA PERSPECTIVA DE LONGA DURAÇÃO

João Mosca

1. INTRODUÇÃO

Este texto tem como objectivo estudar de que modo a estrutura económica e social de Moçambique resulta de (re)configurações de longa duração e onde se inter-relacionam factores políticos, económicos, sociais e culturais, internos e externos, cujos contextos se foram ajustando no tempo. A perspectiva de longo prazo, permite compreender a constância de características fundamentais que, embora com variações contextuais no tempo, permanecem como estruturantes.

O autor fundamenta o argumento com base nas presenças de sistemas políticos e económicos no território, suportados militarmente, onde o objectivo, em cada período histórico, de extracção de recursos e de trabalho e, posteriormente, após a Conferência de Berlim, a penetração do capital agrário, mineiro e de serviços (portos e caminhos-de-ferro para o *hinterland,* emigração de mineiros para África do Sul e construção de infra-estruturas públicas - estradas, caminhos-de-ferro e centros urbanos.

A afluência de diversas culturas, religiões e civilizações, implicou disputas de controlo de rotas comerciais e de ocupação dos territórios, que influenciam actualmente a natureza das relações externas do país e de situações de conflito, bem como a dominância de religiões, sobretudo a católica e a islâmica.

Este texto possui, além da introdução, mais cinco secções. Na segunda, é feita uma breve contextualização histórica dos aspectos caracterizadores da economia moçambicana que são desenvolvidos, numa perspectiva histórica, na secção três, referem-se os seguintes tipos de extractivismo: territorialidade do desenvolvimento; assentamentos urbanos; penetração do capitalismo nos diversos períodos históricos (período colonial, o "socialismo" no pós-independência, o Programa de Reabilitação Económica e um resumo da penetração do capital; os conflitos; e, as relações e os contextos externos, ressaltando o Oceano Índico e os conflitos internacionais e locais e suas relações. Na secção quatro faz-se uma síntese caracterizando a actual estrutura económica do país. Finalmente, na secção cinco, faz-se um resumo.

2. BREVES CONTEXTUALIZAÇÕES HISTÓRICAS

O extractivismo e a extroversão resultam de condições internas pré-coloniais, da colonização e funcionalidades e conflitos criados com as economias e sociedades locais, dos modelos coloniais de crescimento, de conflitos e alianças entre potências coloniais e destas com as sociedades locais, das relações/subordinações com as economias do mundo[1]. Após as independências em

[1] Não se pode negligenciar as relações seculares que, de alguma forma, influenciaram sociedades e culturas antes das colonizações europeias, como sejam as ligadas à rota da seda a partir da China, a influência árabe na Europa (com o califado em Espanha (Córdoba) e o domínio de uma parte significativa de Europa e África Mediterrânica), os impérios romano e bizantino-otomano, os incas, entre outros. Para o caso africano, e antes da colonização europeia, tem maior importância a influência árabe e do sul da Ásia (Índia).

África, as relações com as potências colonizadoras mantiveram-se por via das multinacionais conjugadas com diferentes formas de influência ou intervenção política e militar, adaptando-se as relações económicas aos diversos tipos de dependência, no quadro da globalização/"mundialização" económica, interesses estratégicos de natureza política e militar, que justificam disputas entre as grandes potências. Depois das independências, em muitos países africanos e também em Moçambique, retomaram-se os conflitos de diversas intensidades e duração, tendo como fundamento influências económicas de espaços, bem como de lutas políticas internas por poder e de natureza étnica.

As disputas entre as grandes potências surgiram, ou aprofundaram-se, primeiro, pela repartição do mundo pelas ex-potências coloniais[2] para a ocupação efectiva de territórios, através de conflitos e/ou conquista militares. É importante destacar que, parte dos primeiros funcionários do Estado, era proveniente de Portugal e das então índias portuguesas, sobretudo de Goa. Estes ocupavam, inicialmente, funções de chefia nas policias locais (os "sipaios[3]") e, posteriormente, em funções subalternas nas administrações distritais e no sistema judiciário, como, por exemplo,

A Rota da Seda constituía uma série de rotas interconectadas através do sul da Ásia usadas no comércio da seda entre o Oriente e a Europa. Essa rotas não foram somente importantes para o crescimento e desenvolvimento de regiões e de grandes civilizações, como o Egipto Antigo, Mesopotâmia, China, Pérsia, Índia e Roma. Elas foram importantes também para o início do mundo moderno.

A influência árabe, na costa oriental de África, não aconteceu por ocupação territorial, mas através do comércio, primeiro de escravos para o Norte de África e para o Médio e Extremo Oriente. Com base em Quiloa, na Tanzânia (bacia de Dar-es-Salam), formou-se a dinastia islâmica desta região de África.

"… os árabes começaram a estabelecer-se, preferencialmente nas ilhas por motivos estratégicos: defesa de possíveis ataques dos "nativos" e o controle e participação no comércio marítimo. Em Moçambique, os primeiros contactos dos árabes foi nas ilhas Quirimbas. Depois da chegada dos portugueses e após situações de conflito entre portugueses e árabes pelo controle do comércio (os árabes foram expulsos da maior parte dos territórios situados a Sul de Angoche). Carolina do Nascimento de Jesus (2020). *Tráfico de escravos e comércio árabe em Moçambique*. Revista Eletrónica, volume 7 Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

"Nos séculos XVII e XVIII, foram estabelecidas relações de interesses recíprocos entre os portugueses e os xeques e sultões das comunidades costeiras. Os portugueses esperavam dos chefes muçulmanos o desincentivo de qualquer actividade comercial que pudesse ser feita com outras potências europeias, assim como esperavam que fornecessem ajuda aos náufragos sobreviventes que chegassem até à costa; os Xeques, por sua vez, queriam estabelecer comércio com os portugueses ambos admitiam a necessidade de juntarem forças contra possíveis ataques dos chefes locais", Ibidem.

Sobre o tráfico de escravos veja também Capela, José & Eduardo Medeiros (1987). *O Tráfico de Escravos de Moçambique para as ilhas do índico, 1720-1902.*

Maputo; Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane.

[2] Existiram várias "divisões" do mundo, como é o caso do Tratado de Tordesilhas entre Espanha e Portugal, a Acordo de Berlim em 1895, depois da Segunda Grande Guerra.

[3] O termo "sipai" ("sipaios" no plural), também cipaios, é proveniente da língua hindu. Os "shipahi" eram soldados indianos recrutados localmente que serviam no exército da Companhia Britânica das Índias Orientais, sob as ordens de oficiais britânicos. Em Moçambique, pertenciam às forças locais, geralmente chefiados por um oficial português (geralmente de origem de Goa) ou directamente, pelo administrador do distrito. Eram agentes locais repressores na recolha dos impostos, no recrutamento de mão-de-obra obrigatória, guardas das prisões, entre outras funções. A Inglaterra também utilizou estes "shipahi" na África do Sul, o que pode justificar, como em Moçambique, a presença de comunidades bastante numerosas com estas origens.

como escrivães dos tribunais. No entanto, mesmo após os acordos de divisão de territórios (Conferência de Berlim), persistiram disputas fronteiriças[4].

As relações das economias desenvolvidas com as subdesenvolvidas foram-se alterando, destacando-se, no tempo, as penetrações com fins extractivistas (circuitos de comércio de escravos[5], marfim, e ouro que se interpenetraram no tempo) que deram origem à primeira fase da internacionalização das economias assente em trocas transcontinentais, conforme os interesses das economias coloniais e seus domínios imperiais[6].

A colonização efectiva teve várias fases de ocupação: primeiro, ao longo das costas oceânicas, sobretudo na fase do tráfego de escravos, onde os esclavagistas ficavam em fortes costeiros e contratavam as hierarquias clânicas locais, a troco de bens e de armas que utilizavam nas suas

[4] Existiram disputas militares entre as potências coloniais durante a II Grande Guerra, como, por exemplo, no caso de Moçambique, em Niassa, Tete, Manica e Cabo Delgado, destacando-se, por exemplo, no rio Chire (Tete), por razões de navigabilidade do rio Zambeze.

[5] "A venda de escravos africanos tornou-se rotina no século VII, quando o islamismo ganhou força no norte de África - sete séculos antes de os europeus explorarem o continente, dez séculos antes de os africanos serem enviados do outro lado do Atlântico para serem vendidos na América

Naquela época, árabes muçulmanos do norte e leste de África vendiam africanos no Oriente Próximo e no Médio Oriente. Trabalhavam no campo, como professores ou como vigias em haréns, motivo pelo qual era comum a castração de escravos do sexo masculino. Por outro lado, os muçulmanos - incluindo os africanos - não podiam ser escravizados, de acordo com as leis islâmicas (...).

(...) "Primeiro, os muçulmanos árabes trouxeram escravos brancos da Europa Oriental e Central para vendê-los à Arábia", explica em entrevista à DW o autor senegalês Tidiane N'Diaye. "No entanto, o fortalecimento do poder militar da Europa acabou com a expansão islâmica e, como havia escassez de escravos, os árabes muçulmanos viraram-se para a África subsaariana (...).

(...) "A escravatura já existia em praticamente todas as civilizações", explica N'Diaye. E em África também, mesmo antes dos colonos que vieram de fora. Na África Oriental central, grupos étnicos, como os Yao, os Makua e os Marava, lutavam uns contra os outros e havia povos no interior do continente que vendiam pessoas que capturavam nas guerras (...).

(...) A escravatura fazia parte de várias culturas africanas", diz Abdulazizi Lodhi, professor na Universidade de Uppsala, na Suécia. "Quando se tratava de exportações, os próprios africanos eram os principais protagonistas. Em muitas sociedades africanas não havia prisões e, por isso, as pessoas que eram capturadas eram vendidas", *Em Escravatura na África Oriental: Um capítulo esquecido,*

Silja Fröhlich. https://www.dw.com/pt-002/tr%C3%A1fico-de-escravos-na-%C3%A1frica-oriental-um-cap%C3%ADtulo-esquecido/a-50119075. Acedido em 09/05/2023.

[6] Capela (1995: 41) afirma "Tendo sido o ouro que atraiu os portugueses ao interior de África, foi o marfim, no entanto, que, a breve trecho, se transformou no primeiro produto de exportação em quantidade e em valor. E assim se manteve até finais do século XIX, tirando o pequeno período de auge do tráfico de escravos, nas primeiras décadas de oitocentos".

A escravatura surge como consequência do desenvolvimento do capital comercial e, posteriormente, do capital industrial (principalmente, no princípio, da indústria açucareira) nas colónias portuguesa do Brasil, nas ilhas francesas do Índico e no Caribe, o que criou disputas. Esta realidade enquadrou-se "nos fluxos comerciais à escala transcontinental, por exemplo: tecido inglês e indiano – troca por escravos, ouro e marfim em Moçambique – produção de açúcar no Brasil – exportação de açúcar para Portugal ou Inglaterra, onde se fecha o circuito", Capela (1977). Porém, o negócio de escravos remonta a séculos anteriores, onde os árabes os transaccionavam para a Índia e Golfo Pérsico. Com o negócio de escravos, a Ilha de Moçambique, então capital da colónia, perde a sua hegemonia mercantil que ganhara a Sofala (feitoria) em 1507. Quelimane e Ibo passam a ser os principais portos, Universidade Eduardo Mondlane (1988).

A confluência dos portugueses com os árabes, sobretudo nas rotas e portos comerciais, provocou disputas, sendo que, os árabes sempre procuraram novas vias de acesso para os fluxos de mercadorias.

conquistas e disputas territoriais[7]. A penetração para o interior aconteceu com as chamadas expedições militares, na maioria dos casos ao longo dos grandes rios, construindo, em determinados pontos, assentamentos fortificados, cujo objectivo continuava a ser o tráfego de marfim, ouro, metais e outros bens.

A costa oriental de África (como no resto de África) foi, assim, palco de diversas lutas entre as potências coloniais para o controlo do comércio sendo o Oceano Índico uma zona de afluência de poderes políticos e económicos seculares[8], com cruzamentos de culturas, civilizações e religiões[9], cuja presença necessitava de "explorar" ("aproveitar") as disputas de impérios, como, por exemplo, o Monomotapa e os reinos, como o de Barué, no Centro do país. Existiram várias guerras de resistência violenta à ocupação, outras, já no século XX, de natureza proto-nacionalistas (por exemplo, o de Kamba Simango na zona de Manica com influência da colónia da Rodésia do Sul; entre outras)[10].

Numa perspectiva anterior à presença europeia e futuras potências coloniais, existiram, de acordo com estudos recentes, interacções económicas e culturais das sociedades da costa Este Africana com o sistema Mundo do Oriente e posterior contacto, desde o século X DC, com o apogeu mercantil do mar Mediterrâneo, quando se transaccionavam grandes quantidades de cereal (e também de bens de cerâmica, de vidro e jóias), comércio monopolizado pelos grandes comerciantes devido aos riscos e altos custos que este tráfego comportava[11].

---

[7] Veja Capela, José & Medeiros Eduardo (1987). *O Tráfico de Escravos de Moçambique para as ilhas do índico, 1720-1902*. Maputo; Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane,

[8] Por exemplo, as já referidas Rotas da Seda, os Sultanatos árabes e a presença de França, Inglaterra e Portugal.

[9] Sobretudo a cristianismo, o islamismo e o hinduísmo (pouca presença judaica), e diversas religiões politeístas (sobretudo locais).

[10] Veja, por exemplo, e de forma sumarizada, Mosca, João, Cravino, Janete e Dadá, Yasser Arafat (2023). *Zona Centro de Moçambique: porquê o epicentro dos conflitos pós-independência?* Maputo, Escolar Editora.
A primeira resistência armada foi logo no início da conquista colonial, perpetrada pelo macua Murimuno sobre o corpo expedicionário português, no ataque à Macuana, em 1753. Veja Antunes, Luís Frederico Dias (2017). *Formas de Resistência Africanas às Autoridades Portuguesas no Século XVIII: A guerra de Murimuno e a tecelagem de machira no Norte de Moçambique*. Cadernos de Estudos Africanos. https://journals.openedition.org/cea/2195
Existiram ainda várias formas de resistência à ocupação de natureza protonacionalista (por exemplo, o de Kamba Simango na zona de Manica com influência da colónia da Rodésia do Sul), outras contra a obrigatoriedade da cultura do algodão no Norte do país, a revolta dos trabalhadores das companhias de açúcar na Maragra e Xinavane, e movimentos urbanos, como, por exemplo, em Lourenço Marques, relatados no conhecido jornal o Brado Africano. Este jornal é considerado o primeiro escrito por autores de Moçambique. O livro "aponta pistas para uma análise mais complexa dos sentidos conceptuais de cidadania, raça, e resistência em espaço urbano, em acções políticas específicas. Em paralelo, este enfoque contribui para uma leitura mais aprofundada sobre os sentidos de ser Lourenço Marques colonial, num contexto específico. Este enfoque sobre o espaço urbano de uma cidade colonial é particularmente interessante para uma leitura sobre o persistente silenciamento de resistências políticas que contribuíram para fomentar um sentimento nacional, lutas ainda ausentes do projecto nacional actual em Moçambique". Em Meneses, Maria Paula (2019). *Silenciamentos de lutas em Moçambique: os jornais O Africano / Brado Africano como espaços de reivindicação de cidadania.* Caligrama: Revista de Estudos Românicos. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

[11] Os fenícios desenvolveram técnicas de navegação marítima, tornando-se os maiores navegadores na Antiguidade (1200-800 AC). As cidades europeias que controlavam os monopólios do comércio mediterrâneo eram Veneza, Génova, Florença e Nápoles. Existem sinais de contacto dos fenícios na costa moçambicana: "… por volta de 620 a.C., os fenícios traficaram ouro a partir de minas localizadas em Chimoio

3. OS ELEMENTOS HISTÓRICOS DE CONFIGURAÇÃO DA ACTUAL ESTRUTURA ECONÓMICA DE MOÇAMBIQUE

Nesta secção, evidenciam-se os factores estruturais que configuram e reproduzem o subdesenvolvimento em Moçambique (referidos acima).

3.1 O extractivismo de recursos. com alterações da natureza e tipo de recursos ao longo do tempo, esteve sempre presente[12]: escravos, ouro e marfim; produtos agrícolas (matérias-primas – *commodities*); madeira e pescas; carvão, gás, rubis e minerais e força de trabalho (emigração para a RAS e Rodésia do Sul – hoje Zimbabué). Actualmente, a natureza extractivista do capital externo e a extroversão da economia constituem eixos de grande importância na estrutura e no conjunto da economia do país[13].

As transformações aconteceram principalmente devido aos seguintes factores: (1) tráfego de ouro, marfim, cobre e escravos que permanecem sob formas antigas ou mais recentes, o que provocou conflitos entre esclavagistas militarmente suportados e lutas entre grupos sociais e étnicos locais, alguns dos quais em aliança com os esclavagistas; (2) penetração do capital e integração dos camponeses como força de trabalho barata (na agricultura, minas, construção de infra-estruturas) e reestruturação económica e social das actividades e sociedades pré-coloniais; (3) fenómenos migratórios relacionados com o crescimento urbano, devido principalmente à colonização e para as zonas de maior actividade económica, criando expectativas de emprego (geralmente superiores à criação da demanda de emprego) e consequente desemprego ou subemprego, e crescimento das economias informais.

Neste conceito, é importante o extractivismo da força de trabalho, desde a escravatura, ao trabalho forçado, às deportações, às migrações internas e para o exterior, aos salários de pobreza (miséria) praticados pelo capitalismo tardio de algumas potências coloniais que assenta a competitividade no trabalho barato, na construção de infra-estruturas (portos, estradas, pontes, cidades, barragens, etc.) e a designada fuga de cérebros (*brain drain*)[14]. Actualmente, o extractivismo é diversificado com alguma concentração em bens e serviços conforme a realidade de cada região/país; para o caso de Moçambique, a concentração é no gás, carvão e outros minerais, pescas, madeira e *commodities* assentes na terra barata e na exploração da mão-de-obra, como factores de competitividade entre as multinacionais e países (desenvolvidos e subdesenvolvidos).

(província de Manica) e Chifumbazi (província de Tete)", (Frei, 2017), e ainda Quelimane (bacia do rio dos Bons Sinais).

Frei, Vanito Viriato Marcelino (2017). No país do mano Muça, eu sou carvão: implicações socioterritoriais dos megaprojetos de mineração nas comunidades locais da província de Nampula. Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO

[12] Alguns historiadores referem-se a circuitos de diferentes bens (escravos, ouro, marfim, etc.). A periodização é contestada por outros. O autor deste texto não é apologista de alguma periodização, embora, existam momentos onde o comércio está mais focalizado num ou noutro bem, pois, no mesmo período histórico, o extractivismo de dois ou mais produtos pode ter acontecido simultaneamente.

[13] Mosca, João (2023). *Financeirização e extroversão agrária em Moçambique*. Destaque Rural Nº 201. OMR.

[14] Em Outubro de 2016, um relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) previu que "o número de migrantes [da África Subsaariana] nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) poderia aumentar de cerca de 7 milhões em 2013 para cerca de 34 milhões até 2050". https://pt.unesco.org/courier/janeiro-marco-2018/existe-alternativa-fuga-cerebros-da-africa.

Surge, nos últimos anos, o extractivismo verde relacionado com o mercado de carbono[15], que permite a continuidade de poluição nas economias desenvolvidas, subdesenvolvendo as economias menos desenvolvidas. Esse mercado permite que os países compradores (geralmente os países mais desenvolvidos) continuem a poluir na quantidade de carbono adquirido. Em defesa deste mercado, refere-se que representa novas fontes de receita para os países menos desenvolvidos e assegura, através da conservação e aumento das áreas florestais e da biodiversidade, uma contribuição para o aumento da resiliência contra choques ambientais.

Em resumo, o extractivismo é suportado pelos poderes políticos e económicos internos e externos, que se reproduzem entre si, e constitui uma característica de longa duração que se consolida assumindo novas formas. O extractivismo busca retirar recursos para o exterior, secundarizando/asfixiando as economias domésticas e introduzindo externalidades sociais e ambientais locais. A configuração das estruturas económicas ajusta-se em função da procura de bens e serviços relacionados com o comércio externo introduzindo a característica extrovertida da economia e, simultaneamente, riscos derivados de crises externas e da instabilidade dos preços internacionais.

3.2 A territorialidade do desenvolvimento está em configuração há séculos, como, por exemplo: o comércio do ouro, cobre, pedras preciosas e o marfim nos espaços que são actualmente, no essencial, o vale do Zambeze e, a Sul, o território entre o Zimbabué e o porto de Sofala (corredor Monomotapa), onde foram edificados os postos fortificados na costa e ao longo dos grandes rios, como são os casos de Quelimane, Sena, Tete, Zumbo e Sofala.

Seguiram-se, em finais do século XVI, no vale do Zambeze, os Prazos da Coroa[16] que deram origem, na maioria dos casos, a uma ou várias companhias majestáticas (em finais do século XIX). Mais recentemente, em pleno século XX, surgem as grandes plantações de açúcar, copra e chá (meados do século XX) ainda existentes e, igualmente, com raízes nos prazos da coroa e nas companhias majestáticas; actualmente, as grandes plantações de bens exportáveis de açúcar, algodão e chá, no centro do país (províncias da Zambézia e Sofala), os serviços de portos e

[15] "O mercado de carbono consiste na compra e venda de créditos de carbono, os quais permitem que os compradores usem os créditos de carbono para emitir o equivalente em toneladas de CO2" Bruna, Natacha (2023). *Ouro invisível: o carbono e a usurpação de direitos de emissão*. Destaque Rural Nº 212. OMR.

[16] No quadro das relações funcionais entre as colónias portuguesas, cabe destacar, no contexto do Oceano Índico, que existiu, a partir do período das companhias majestáticas, uma colonização a partir das colónias portuguesas de Goa, Damão e Diu, sobretudo de funcionários subalternos da administração colonial e das companhias majestáticas, prolongando-se nos tempos com os "cipaios" e funcionários do sistema judicial (sobretudo escrivães).

Desta acção, surgiu uma destacada miscigenação, rácica e cultural, nas zonas onde se verificaram as primeiras fases da implantação da administração portuguesa, como, por exemplo, no vale do Zambeze relacionado com os Prazos da Coroa e as Companhias Majestáticas. Sobre o assunto, veja Capela, José (1995): *Donas, Senhores e Escravos*. Porto: Afrontamento.

As primeiras "donas da Zambézia" eram de origem de Goa e, depois, de Portugal, que se casavam com os colonos portugueses como forma de assegurar a propriedade da terra por herança (dado que a herança da terra se procedia por via da mulher). Houve, posteriormente, casamentos de brancos e indianos com mulheres negras. Nos finais do século XVIII, as mulheres eram as principais detentoras da maioria dos prazos do Vale do Zambeze, embora houvesse variações ao longo do vale. Veja Costa Rosário, Carmeliza Soares da (2017). *Donas da cidade. Navegando arquivo de factos e fantasia na memória das donas de Quelimane*. Museologia & interdisciplinaridade vol. 6, nº117.

Actualmente é visível a presença de descendentes dessa miscigenação em diferentes funções da vida política, económica e social moçambicana e, especialmente, oriundos da Zambézia.

transportes ferroviários e rodoviários, que hoje constituem os corredores de desenvolvimento, a barragem de Cahora Bassa (finais da década de 60 do século XX) e a agricultura camponesa, que abrange perto de 70% da população do país, constituem alguns dos principais suportes da economia moçambicana.

O império Monomotapa[17], com penetração até ao Sul de Moçambique (Limpopo), influenciou a zona aurífera na fronteira de Manica com o Zimbabué, que persiste até hoje; na mesma zona, Centro de Moçambique, foi edificado o porto de Sofala, que se transformou na primeira feitoria colonial (1505) para comércio de ouro, marfim[18] e especiarias do Zimbabué; depois, a partir de finais do século XIX, iniciou-se a construção do porto e do caminho-de-ferro da Beira (1892-1898) para servir o *hinterland* [19]. Actualmente, as actividades económicas do Centro continuam focalizadas nos serviços de transporte ferro-portuário para o Zimbabué, Zâmbia e Maláui[20], nas grandes plantações (açúcar, algodão e citrinos), nas pequenas explorações agrícolas e na exploração mineira, principalmente de ouro, e nas pescas.

O Sul, desenvolveu-se principalmente com a transferência da capital localizada na Ilha de Moçambique para Lourenço Marques, em 1898 (com o estatuto de feitoria desde 1782, onde foi construída a fortaleza em 1787). Motivaram esta transferência, a crescente importância económica do Transval (União da África do Sul), tendo sido construída a linha de caminho-de-ferro em 1898, ligando Lourenço Marques a Pretória; o porto de Lourenço Marques recebeu, em 1850, as infra-estruturas básicas e, em 1903, foi concluída a ponte de cais; actualmente, o complexo ferro-portuário de Maputo, serve os corredores de Maputo e Libombo. Foi da zona Sul, por imposição legal abaixo da latitude sul de 22º, que se realizou a extracção de homens para os países vizinhos, tendo atingido entre 70 e 90 mil emigrantes na década de setenta do século XX, o que correspondia a elevadas percentagens da população activa masculina[21]. Com a independência, a Frelimo impediu o trabalho migratório tendo o número de emigrantes da província de Inhambane baixado de 20.000 para cerca de 8.700 em 1976[22]. A emigração permaneceu (não existem dados de emigrantes recentes), embora sob formas diferenciadas e em menor escala, principalmente devido à modernização do sector mineiro sul-africano. Cerca de 25 a 30% da população activa do

[17] Foi um império que floresceu entre os séculos XV e XVIII na região sul do rio Zambeze, entre o planalto do Zimbabué e o Oceano Índico, com extensões, provavelmente, até ao rio Limpopo.

[18] Os xonas (ou *shonas*) eram (e são) conhecidos como caçadores de elefantes.

[19] A construção foi realizada após um tratado assinado entre Portugal e a Inglaterra, por uma companhia britânica controlada por Cecil Rhodes e pela sua BSAC (British South Africa Company). A construção nada custou ao governo português.

[20] A Linha de Sena, partindo do caminho-de-ferro Beira-Machipanda (Zimbabué) no Dondo, chegando a Moatize, Maláui (Lilongué) e Chipara na Zâmbia, e um ramal que liga Inhamitanga (Inhaminga) a Marromeu, sobretudo para o escoamento do carvão de Tete e do açúcar de Marromeu. A construção de toda a linha, incluindo ramais, foi concluída em 1930, tendo, inicialmente, o objectivo do escoamento de algodão do Maláui e do vale do Zambeze (região de Sena) e, depois, do carvão de Moatize e acúcar de Marromeu.

[21] Para o período de 1950-1959, a percentagem de recrutados em relação à população activa masculina era de 23%, o que implica uma percentagem média de migrantes em relação à população activa masculina cerca de 31%, ou seja, pouco menos de um terço desta. Para o período 1960-1975, a razão entre recrutados e homens em idade de trabalho desceu para uma média de 14%, o que implica uma percentagem média da migrantes em relação à população activa masculina de 19%, ou seja, quase um quinto da população masculina activa (para o período 1960-1969 as percentagens foram, respectivamente, de 15% e 20%; e, para o período 1970-1975, foram de 13% e 17% respectivamente), em Ruth First (coordenadora) (2015*). O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane*. Coleção Clássicos 2. Editora UFPE. Recife. Brasil.

[22] Ruth First (coordenadora) (2015). Ibidem.

Sul de Moçambique permanecia como emigrante na África do Sul, o que reestruturou a economia agrícola dos pequenos produtores da zona[23]; as remessas dos emigrantes, para além de melhorar as condições de vida e da capacidade produtiva, através de investimentos em animais (sobretudo bovinos, tradicional na zona Sul) e de charruas de tracção animal, moldaram ou introduziram aspectos culturais[24].

A agricultura nas zonas em redor da cidade capital, abrangendo os actuais distritos de Matutuíne, Boane, Moamba, na zona costeira, até ao Xai-Xai, e no vale do Limpopo até Chokwé, mantêm-se como uma das importantes actividades económicas do Sul, impulsionada pela cidade capital, sendo das mais desenvolvidas no país, em consequência da implantação de colonatos e de agricultores portugueses e chineses para dar resposta à crescente demanda derivada da urbanização e da emergência de dietas alimentares não "locais", devido à imigração colonial, sobretudo depois da década dos anos 50 do século XX.

No contexto da colonização e no período do Estado Novo, existiu o que se pode designar por uma divisão do trabalho do "império português". Por exemplo, as colónias não poderiam produzir vinha, Angola estava destinada à produção do café e Moçambique ao chá. O algodão era produzido em Angola e Moçambique devido à crescente procura de matéria-prima da indústria têxtil portuguesa[25].

3.3 Os assentamentos urbanos tiveram origem na penetração para fins comerciais acima referidos e na crescente imigração de colonos para a ocupação administrativa e económica, e desenvolveram-se da costa para o interior (ao longo dos rios, como vias de acesso para o interior, e por razões de protecção militar). Esta rede de cidades e vilas mantém-se hoje, no fundamental, assentes em bases produtivas, formadas ao longo de décadas e séculos, e que se desenvolveram diferentemente conforme a importância da implantação política e económica e dos respectivos contornos geográficos.

Lourenço Marques desenvolveu-se depois de ser capital da colónia em 1898, com a respectiva implantação das burocracias da administração pública, a construção do complexo ferro-portuário e das imigrações de colonos e as migrações internas devido à construção de infra-estruturas

[23] Brito, Luís de (1980): "*Dependência Colonial e Integração Regional*". Estudos Moçambicanos, n.º 1. Maputo, Centro de Estudos Africanos.

[24] "... o cumprimento de um contracto de trabalho (entre 12 e 18 meses) nas minas da África do Sul representava o sinal de maturidade indispensável para o casamento. "Estes aspectos inicialmente vinculados a mecanismos de incentivo à emigração (interesse da administração pública) e ao aumento da capacidade de o jovem pagar o lobolo (interesse da comunidade), foram adoptados socialmente como um padrão/valor cultural que se mantiveram considerando os interesses subjacentes referidos", Mosca, João (2002). *Encruzilhadas de África. Ênfase para os PALOP*. Lisboa, Instituto Piaget.
O estudo do CEA (1978: 119) afirma a este respeito: "As afirmações ideológicas como ´só um homem que foi às minas é um homem adulto" e, "o menino tem que comer muito para poder trabalhar na África do Sul" etc., têm uma base material, quer dizer, económica.

[25] Veja por exemplo, Direcção dos Serviços de Planeamento e Integração Económica (1966): *III Plano de Fomento*. Lourenço Marques. A mesma fonte (1973) para o IV Plano de Fomento.
No caso de Moçambique, existiram 4 planos de fomento. O último teve uma implementação limitada devido à independência. Estes planos tinham dois grandes objectivos: (1) programar a intervenção do Estado e os investimentos públicos na criação de infra-estruturas para promover o desenvolvimento económico; (2) planear e integrar as economias das colónias no sistema capitalista português com uma clara divisão espacial do trabalho. Por exemplo, existiam culturas não permitidas em Moçambique e Angola e algumas eram possíveis em Angola e não em Moçambique e vice-versa.

urbanas e económicas. Além disso, os britânicos, e particularmente elegem a região de Gaza e o porto de Lourenço Marques como objectivos estratégicos para o escoamento das matérias-primas do Transval, o que estava associado a pretensões territoriais dos ingleses. A lagoa de Maputo era denominada pelos ingleses como Delagoa Bay. Este território foi disputado entre ingleses e holandeses nas zonas da Catembe – escrito como Katembe – Terra dos Tembes), ainda hoje um apelido familiar importante na sociedade do Sul do país.

A Beira, com estatuto de cidade desde 1907, com base na povoação Aruângua fundada em 1887 (ou 1988[26]), é actualmente a segunda maior cidade económica do país[27]; desenvolveu-se, sobretudo depois de finais do século XIX, após a criação da Companhia de Moçambique (1891) e a construção do porto e dos caminhos-de ferro da Beira (hoje corredor da Beira). Após o término da Companhia de Moçambique (1942), esta continuou a operar com a designação de Companhia de Moçambique S.A.R.L.) e com a formação de grandes empresas agrícolas (designadamente, o Grupo Entreposto, com várias actividades económicas). Na zona Centro, estão actualmente localizadas empresas agrícolas e pecuárias que se dedicam principalmente a culturas de exportação (açúcar, algodão e citrinos), a pesca, o turismo de praia; este último, teve importância (sobretudo antes da independência do Zimbabué), assim como o turismo de caça e cinegético (fauna bravia).

Nampula é o terceiro centro económico do país, resultante principalmente da penetração comercial árabe e de grandes plantações com origem na companhia majestática do Niassa (1896), sendo uma das últimas zonas a ser ocupada efectivamente na colónia (1913). Grande parte da província colonial foi ocupada pelo exército alemão durante a Primeira Guerra Mundial. É uma cidade de origem militar com a conquista das terras de Whampula, sendo a primeira construção colonial o quartel de Macuana (comando para todo o Norte de Moçambique) e de onde partiram expedições de conquista para o interior do território; durante a guerra colonial, a cidade albergou o comando militar de Moçambique e, actualmente, a Academia Militar Samora Machel[28]. Foi na zona de Nampula onde foi implantada, de forma mais significativa, a cultura de algodão como obrigatória e introduzida a mandioca como cultura alimentar de forma a permitir maior disponibilidade da mão-de-obra para a produção do algodão, muito exigente em trabalho. O sisal foi também uma importante cultura que emergiu após a I Grande Guerra, por possuir características utilizáveis militarmente. De salientar que, ao contrário dos portos e caminhos-de-ferro de Maputo e da Beira, a construção do caminho-de-ferro de Nacala começou em 1915, inicialmente como um projecto de ligação do porto de Lumbo à vasta *hinterlândia* até o Protectorado de Niassalândia. Os primeiros 90 km, até Monapo, foram abertos à operação já em 1924, porém o projecto parou por falta de recursos. Em 1932, a ferrovia alcançava 350 km já conectando Nacala a Mutivasse, e estendeu-se, depois, até Cuamba, a 538 km de Nacala. A ligação Cuamba – Lichinga foi concluída em 1968 e inaugurada em 1969[29].

[26] Não existe consenso entre os historiadores acerca destas datas.

[27] Em termos populacionais, a cidade da Beira é actualmente a quarta, depois da Matola, Maputo e Nampula

[28] Para uma breve resenha e caracterização da cidade de Nampula, veja Mendes de Araújo, Manuel (s/data). *Cidade de Nampula: a Rainha do Norte de Moçambique*. Universidade Eduardo Mondlane. Departamento de Geografia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais.

[29] Não existe consenso sobre as datas de conclusão da linha férrea a Cuamba e a Lichinga. Veja https:/wikipedia.org/wiki/Ramal_Cuamba%E2%80%94Lichinga e https://www.google.com/search?client=firefox-b-

Isto significa a perda de importância da zona Norte na estratégia económica da colonização e a sua pouca integração regional como estratégia política.

3.4 A penetração do capitalismo em Moçambique

Período colonial

O capitalismo em Moçambique surge principalmente com a ocupação efectiva do território, através da penetração do capital mercantil (rede comercial rural) e nos sectores de serviços (complexos ferro-portuários de Maputo, Beira e Nampula) e, posteriormente, sobretudo depois da implantação do Estado Novo em Portugal e no quadro do pacto colonial[30], com o capital agrário e industrial de substituição de importações[31], como forma de as colónias (incluindo Moçambique) serem equilibradas em termos de balança de pagamentos e orçamento do Estado.

O nacionalismo económico de Salazar protegeu o capital português metropolitano e a emergente acumulação no território, sobretudo em relação à África do Sul, e das possibilidades de exploração de recursos naturais, principalmente de carvão, gás e petróleo, cujas foram prospecções realizadas por companhias estrangeiras (em relação a Portugal), que indicaram a existência desses recursos.

O capitalismo agrário e industrial possuía três objectivos: (1) produzir bens de consumo agrícolas (arroz, hortícolas, batata-reno, oleaginosas, etc.) e industriais (têxteis e confecções, insumos e equipamentos para a agricultura, bebidas, papel e embalagens, vidro, entre outras), para dar resposta à demanda de novas dietas e de bens de consumo devido ao crescimento da população urbana e de colonos; (2) produtos agrícolas para transformação na indústria metropolitana, como é o caso do algodão, oleaginosas, entre outras.

A agricultura empresarial de pequena e média dimensão foi incentivada pelo Estado colonial depois de finais da década de cinquenta, através da implantação de colonatos[32], primeiro de

---

d&q=Os+primeiros+90+km%2C+at%C3%A9+Monapo%2C+foram+abertos+%C3%A0+opera%C3%A7%C3%A3o+j%C3%A1+em+1924%2C+por%C3%A9m+o+projeto+declinou+por+falta+de+recursos.

[30] Veja Hugon, Philipp (1999): Economia de África. Lisboa, Editora Vulgata.

[31] Veja, por exemplo, Leite, Joana Pereira (1999): *A Guerra do Caju e as Relações Moçambique-Índia na Época Pós-Colonial*. Documento de Trabalho n.º 57, CESA, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento. Lisboa, UTL, ISEG.

[32] O colonato do rio Limpopo é, porventura, um dos mais emblemáticos. "Este investimento realizou-se no quadro do I Plano de Fomento. Segundo Morais (1960), esta obra foi projectada em 1924 e 1925, tendo sido mandada construir por Salazar em 1951. Simultaneamente à obra de irrigação, foi construída a linha-férrea Lourenço Marques – Rodésia do Sul alimentando o rio Limpopo a barragem de Macarretane que servia de reservatório de água para os cerca de 22.000 hectares de regadio construídos durante a década dos anos 50. Além das áreas irrigadas, foram realizados investimentos em indústrias alimentares (descasque de arroz, enchidos, lacticínios, massa e pasta de tomate, tratamento da luzerna, entre outras) e construídas aldeias para a instalação dos agricultores" (..)

"a obra de irrigação do Limpopo destina-se à colonização, entendida esta obra de povoamento pela valorização da população portuguesa, branca e negra e as suas actividades. Feita sem preconceitos de raça e com o pensamento dirigido à unidade nacional secularmente iluminada pela doutrina de Cristo que criou e robusteceu a convivência fraterna do mundo pluri-racial português". O mesmo autor acrescenta: "Nela há lugar para todos. É uma obra em que a vida em conjunto de brancos e pretos será fraternalmente ligada pelo anseio de engrandecimento espiritual e material da Nação. ... Somos todos habitantes de uma única Nação e temos todos de participar nos benefícios da obra de bem comum empreendida pelo Estado no vale do Limpopo", em Mosca, João (2005). Ibidem.

agricultores portugueses, em alguns locais, de chineses e moçambicanos com os mesmos objectivos: satisfação das novas dietas alimentares e consumos emergentes e exportação de matérias-primas. Uma das acções mais importantes de colonização do interior foi o estabelecimento de colonatos para a instalação de agricultores pobres vindos de Portugal e, depois, para a instalação de soldados portugueses após o fim da missão na guerra colonial, Mosca (2005).

Os colonatos tinham os seguintes objectivos: povoar Moçambique com portugueses, como forma de reforçar a presença do regime no interior do território, e criar alternativas para os cidadãos que emigravam de Portugal para a Europa Central e Américas; produzir alimentos que não integravam os sistemas de produção locais para a alimentação. As grandes plantações de algodão, sisal, chá, copra, e respectivas indústrias, tiveram continuidade depois da transformação das companhias majestáticas.

A agricultura de pequena escala foi sendo integrada no mercado por diferentes vias. Primeiro, a produção de venda de excedentes incentivada pela oferta de bens de troca de origem industrial pela rede comercial rural, que vendia bens de melhoria da vida (tecidos, bicicletas, candeeiros, petróleo de iluminação, sapatos, instrumentos de trabalho para a agricultura, etc.), isto é criando de novas demandas da população rural. Segundo, pela introdução paulatina de insumos, seja pelos comerciantes, como por agências do Estado, para promoção de algumas culturas (como, por exemplo, o Instituto de Cereais de Moçambique) e, igualmente, por associações de produtores de média dimensão (como era o caso do Grémio de Lavoura de Manica[33]), que forneciam insumos e comercializavam os excedentes. Terceiro, por via do emprego que gerava mais rendimento para as famílias que o utilizavam na compra de bens não produzidos localmente e vendidos pelos comerciantes. Quarto, e não menos importante, através das remessas dos emigrantes enviados para os países vizinhos, para as plantações e para as cidades.O incremento da produção de excedentes incentivou o início do surgimento de moagens de farinação de milho e de rações, e a produção pecuária, cujos investimentos tiveram origem e aplicação na acumulação local.

A rede comercial rural e o desenvolvimento com base no território tiveram igualmente impulso depois do Estado Novo. Em 1966[34], existiam 11.610 estabelecimentos de comércio geral, dos quais 6.505 (56%) se localizava nos limites das áreas urbanas, onde residia apenas 3% da população (Mosca, 1989: 32). "Surgiram as povoações comerciais com as cantinas cujos proprietários eram, maioritariamente, portugueses, indianos e paquistaneses. Só na década dos anos 60 surgem comerciantes moçambicanos no meio rural. Os objectivos iniciais eram a extracção de recursos e de excedentes, seja para exportação, como para o abastecimento das aglomerações de trabalhadores nas grandes plantações e para satisfazer a crescente procura dos centros urbanos. A variedade de oferta foi aumentando e nas últimas décadas, o comércio era uma actividade próspera, considerando o crescente poder de compra das populações devido ao

[33] As empresas e agências públicas de comercialização agrária tinham como funções principais, as seguintes: assegurar o abastecimento aos centros urbanos e constituir reservas de segurança alimentar; estabilizar os preços em redor dos estabelecidos administrativamente; e, assegurar a aquisição dos excedentes dos produtos aos camponeses nas regiões com uma deficiente cobertura da rede comercial. Mosca, João (2005). *Economia de Moçambique, século XX*. Editora Piaget. Lisboa.

[34] Segundo Mosca (1989), só em 1966, com a elaboração do III Plano de Fomento, se realizou o primeiro levantamento sistemático da rede comercial em Moçambique". Mosca, João (1989): A Estrutura Agrária de Moçambique no Período Pré-independência. Maputo, Ministério da Agricultura, mimeografado.

aumento dos excedentes de produção, da proletarização e semi-proletarização crescente e de outros factores" (Mosca, 2005)[35].

A indústria ligeira[36] surgiu na mesma perspectiva: substituir importações e realizar a primeira transformação para exportação de matérias-primas agrícolas (Mosca, 2005)[37]. Surgem moageiras de milho, de descasque de arroz e farinação de trigo (importado), a indústria de óleos, de têxteis, fábricas de rações para animais, açúcar, caju, copra, sisal, chá, entre outras agro-indústrias. Com a emergência de médios e grandes agricultores e a correspondente crescente utilização de equipamentos, surge a indústria de alfaias, atrelados, fertilizantes e mistura de pesticidas, entre outras. A indústria de construção possui, sobretudo depois da década dos anos 50, um grande incremento em consequência da urbanização e infra-estruturas.

O Estado colonial sempre teve uma influência importante na economia, seja pela actividade regulamentadora e fiscalizadora, como pelo investimentos em sectores estruturantes da economia (transportes de passageiros e de mercadorias) e investimentos em infra-estruturas e serviços relacionados com a produção de energia que complementavam a actividade privada nesses sectores.

Em síntese, a estrutura económica de Moçambique depois do Estado Novo, segundo Wuyts[38], teve as seguintes características principais, entre 1890 e 1926: reserva de mão-de-obra (para a África do Sul e economia de plantações; 1926 a 1960 como o período do nacionalismo económico para a produção de matérias-primas para a metrópole, troca de produtos manufacturados; e, de 1960/63 a 1973, como o período da reestruturação do capital na colónia.

A colonização teve em perspectiva o sonho da construção de um "império" ultramarino português, assente numa administração cada vez mais "local" e beneficiando da formação de uma classe média negra política e culturalmente assimilada e na integração económica do espaço "português", tendo em consideração a continuidade da ocupação desde o século XVI[39], e, com mais intensidade, depois da Conferência de Berlim. Este "império" teria como objectivo o desenvolvimento do capitalismo em Portugal (mais atrasado que noutros países europeus), através de uma divisão de trabalho que assegurasse o desenvolvimento industrial e de serviços, permitindo, simultaneamente, o surgimento do capitalismo de acumulação nos territórios "ultramarinos" assente na agricultura, no comércio rural para captação de excedentes agrícolas,

---

[35] Mosca (2005). Ibidem. Pág. 109.

[36] As indústrias alimentar e têxtil representavam, em 1970, 48% do total da indústria transformadora. Mosca, Joao (2005). Ibidem.

[37] Leite, Joana H. M. F. P. Pereira (1989). *La formation de l´économie coloniale au Mozambique. Pacte coloniale et industrialisation: du colonialisme portugaise au réseaux informels de sujétion marchande – 1930/1974.* Tese de Doutoramento. Paris, Grenoble, Hautes Etudes des Sciences Sociales.

[38] Wuyts Marc (1980): "Economia Política do Colonialismo em Moçambique". *Estudos Moçambicanos,* Nº 1. Maputo, Centro de Estudos Africanos. Veja também, Mosca, João (2007): *Salazar e a Política Económica do Estado Novo*. Lusíada. História, Série II, Número 4.

[39] "Os portugueses chegaram a Moçambique em 1498 e a administração colonial foi instalada três anos mais tarde, ficando o território dependente do Estado da Índia até 1752. Em 1569, Moçambique foi elevada à condição de capitania-geral, englobando a região de Sofala e a do Monomotapa. A ocupação de Moçambique se iniciou em 1507, contudo, segundo o historiador Luiz Felipe de Alencastro, a penetração portuguesa em Moçambique foi muito frágil, sobretudo se comparada à conquista e à ocupação de Angola, na costa ocidental da África".
http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3053&Itemid=327

em serviços ferro-portuários, nas divisas provenientes da emigração de trabalho e em recursos naturais. Esta estratégia possuí uma territorialidade de implantação de actividades económicas e dos espaços urbanos também configurada ao longo de décadas e séculos. Isto é, poder, conflitos, capital, extractivismo e território são características da sociedade e da economia que permanecem, de diferentes formas, ao longo de séculos em Moçambique. A divisão territorial da economia de Moçambique desde o início do século XX, com a predominância dos serviços e da emigração no Sul, das grandes plantações no centro e das ligações através dos corredores de Maputo e Beira, o Norte foi sendo transformado numa agricultura produtora de mercadorias pelos pequenos produtores e de uma rede comercial rural que adquiria ou trocava esses bens por produtos industriais.

Depois dos anos 60 do século XX e com o surgir dos movimentos independentistas, surgem, em Moçambique, grupos de colonos, sobretudo de empresários que acumularam no território, iniciativas que pretendiam uma independência branca inspirada na Declaração Unilateral de Independência de Ian Smith na Rodésia do Sul. Estes movimentos pretendiam uma independência "branca" como oposição aos movimentos de libertação (especialmente a Frelimo) e estavam também descontentes com algumas medidas económicas de Lisboa que estrangulavam o desenvolvimento empresarial e capitalista da colónia (em resultado do pacto colonial). Estas iniciativas não tiveram êxito e foram violentamente atacadas pela Frelimo, logo após a assinatura do Acordo de Paz em Lusaca, a 20 de Setembro de 1974.

A EXPERIÊNCIA "SOCIALISTA" EM MOÇAMBIQUE[40]

No período pós-independência, existiu a intenção de implantar um sistema socialista que entrou em colapso por diferentes razões, designadamente: (1) desadaptação do modelo à realidade moçambicana, em particular quanto à existência de uma classe operária (em número e enquanto possuidora de uma consciência de classe "em si" e "para si"); (2) aplicação radicalizada dos princípios políticos e de economia planificada (estatização e cooperativização da economia e planeamento central excludente das economias de pequena escala informais; (3) secundarização do sector agrário e dos pequenos produtores; (4) "aldeificação" (as aldeias comunais) da população rural, tendo estas também o objectivo político de controlo das população e implantação das estruturas do poder ao nível da base, para além da narrativa da socialização do campo; (5) colapso do bloco socialista com que se tinha estabelecido o essencial da cooperação política e económica; (6) guerra civil iniciada em 1977[41] com o apoio da então Rodésia do Sul, da África dos Sul e de potências ocidentais e, pelo lado do governo de Moçambique, pelos países socialistas da Europa, Cuba, China, Argélia e Marrocos. Deve-se ressaltar que Moçambique, por sua vez, apoiou os movimentos de libertação da Rodésia do Sul de Robert Mugabe, a União do Povo Africano do Zimbabwe (ZAPU), em treino e logística militares, acções de guerrilha no interior da Rodésia do Sul e diplomaticamente. O outro movimento de libertação o Zimbabué principal, o African National Union, de Joshua N´Komo, não era da total simpatia da Frelimo, nem de outros

[40] Esta secção tem como referência o livro de Mosca, João (1999). *A experiência socialista em Moçambique, 1975-1986*. Editora Piaget. Lisboa.

[41] Na realidade, os primeiros confrontos militares aconteceram em 1976. A Renamo considera oficialmente o ano de 1977 como o início do conflito, para justificar ser uma guerra contra o comunismo e pela democracia, face à realização do III Congresso da Frelimo em 1977, onde se proclamou um partido marxista-leninista e a opção socialista como estratégia e objectivo político e económico.

movimentos que posteriormente assumiram o poder, como o MPLA (Angola) e o ANC (África dos Sul).[42]

O colapso da economia e a crise política e militar insustentável provocados pela guerra civil forçaram Moçambique a assinar o Acordo de N´komati com a África do Sul e a entrar na Convenção de Lomé e no FMI e Banco Mundial (BM) e consequente adopção do Programa de Ajustamento Estrutural, iniciado em Janeiro de 1987. Dos acordos entre o Governo de Moçambique e a Instituições de Bretton Woods (IBW), resultou o seguinte: (1) privatização do sector estatal da economia e fim dos processos de cooperativização da agricultura, tendo-se, no entanto, mantido uma grande presença do Estado em sectores designados de estruturantes da economia acima referidos; (2) fim do planeamento centralizado da economia e regresso à economia de mercado, embora com permanência da direcção do Estado, por via directa e indirecta, através das políticas fiscal e monetária e por meio de empresas públicas e/ou participação societária em empresas privatizadas; (3) abertura da economia ao investimento externo, sobretudo nos sectores de recursos naturais, na agricultura de exportação e na indústria de "trânsito[43]", oferecendo importantes benefícios fiscais e facilidades de operação e de logística; (4) desenvolvimento do capital nacional, sobretudo o relacionado com a logística dos grandes investimentos ("grandes projectos"), como portos e transportes ferroviários e rodoviários e de serviços (imobiliária, hotelaria, restauração e transporte de passageiros); (5) continuidade da secundarização da agricultura de pequena escala e da produção alimentar; (6) estruturação das relações com o exterior em dois pilares: o investimento externo e a ajuda/cooperação internacional; (7) a cooperação bi e multilateral com a presença de organizações não-governamentais que se articulam funcionalmente para facilitar a actuação das multinacionais, para influenciar a política interna e em concertações internacionais (por exemplo, representações em organizações internacionais); (8) apoio directo e indirecto militar, seja durante a guerra civil, como na guerra na zona Centro e em Cabo Delgado, através de treino, equipamento e logística militar e presença de tropas estrangeiras (tanzanianos e zimbabueanos na guerra civil e ruandeses e mais um conjunto de países africanos, Portugal e outros países da Europa e Ásia na guerra de Cabo Delgado).

Este período (1975-1986) pode ser considerado um período de curta duração em que se pretendia uma ruptura com o passado político e económico, mas que, na realidade, não foi suficientemente duradouro nem intenso para imprimir dinâmicas alternativas.

O PROGRAMA DE REABILITAÇÃO ECONÓMICA (PRE)[44]

O PRE representa a adopção do modelo dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) implementados por "influência" / pressão das IBW, podendo implicar importantes perdas de

[42] As razões dos posicionamentos de Moçambique e da Frelimo em relação aos dois movimentos de libertação de Moçambique têm raízes históricas, cuja descrição é marginal ao objecto deste texto.

[43] Considera-se indústria de "trânsito" aquela que transforma matérias-primas obtidas noutros países e exporta o produto final ou semiacabado para outros países. Esta expressão tem como origem as indústrias que têm a mesma função no México, designadas de indústrias "*maquiladoras*". Em Moçambique, é o caso da MOZAL.

[44] Esta secção tem como suporte referencial o capítulo em O período do Ajustamento Estrutural (1987-2000) do livro de Mosca, João (2005). *Economia de Moçambique, século XX*, Editora Piaget. Lisboa

soberania dos países adoptantes[45]. As reformas iniciaram-se antes da oficialização do PRE (Janeiro de 1987), com algumas medidas de liberalização, por exemplo, dos preços de produtos nos mercados de consumo, aproximando o mercado oficial do então chamado mercado "negro". As medidas principais a partir de 1987, foram as seguintes: (1) fim da planificação central e do controlo da alocação de recursos financeiros e materiais, até então concentradas nas empresas estatais; (2) liberalização dos mercados (preços); (3) privatização das empresas estatais, exceptuando-se as consideradas de "estratégicas" / estruturantes da economia, que se transformaram em empresas públicas ("sector empresarial do Estado") ou com participação do Estado; (4) desvalorização da moeda nacional; (5) forte desvalorizaçãp da moeda e consequentes efeitos sobre as taxas de câmbio e de juros, (6) abertura ao investimento externo.

A forma de implementação do PRE implicou: (1) privatização ao desbarato em benefício das elites da Frelimo, sem tradição empresarial nem produtiva, o que se traduziu na paralisação de muitas empresas e na desindustrialização[46], em favor das importações de bens e dos serviços, criando-se, com base na elite política e militar da Frelimo, uma nova elite rendeira[47], corrupta e promíscua[48]; (2) sacrifícios no emprego e no poder de compra das famílias e desemprego; (3)

[45] Estes programas foram e são implementados em países com graves crises económicas, sobretudo com inflação alta, défice orçamental e dívida externa, crescimento baixo ou negativo e riscos de conflito.

[46] Castel-Branco, Carlos Nuno (2003). *Indústria e Industrialização em Moçambique: Análise da Situação Actual e Linhas Estratégicas de Desenvolvimento*. I Quaderni della Cooperazione Italiana No. 3/2003. Maputo.

[47] Brito, L. (2009). *Moçambique: de uma economia de serviços a uma economia de renda*. IDEIAS, Boletim Nº 13. IESE. Maputo

[48] Existem múltiplas evidências sobre a corrupção generalizada e endémica nas elites e no aparelho de Estado. A corrupção nas escolas e universidades para passagem nos exames, nos hospitais para atendimento nas filas, a concessão de DUATs, as sociedades em empresas sem ou com realização simbólica no capital social, comissões recebidas mensalmente como "sócios locais" para influenciarem os círculos de decisão, acesso a centros de decisão e, como exemplo paradigmático, o caso das dívidas "ocultas". A promiscuidade está presente em mitos agentes do Estado, como são os casos dos limites do princípio da ética republicana entre os interesses públicos e privados e a utilização indevida de bens públicos, incluindo de mordomias que se podem considerar de obscenas. Veja Centro de Integridade Pública (2014). "*Uma análise socioeconómica dos salários e regalias do Presidente da República e dos deputados da Assembleia da República*". CIP. Maputo.

Em O País de 16/0472020, lê-se: Por exemplo, dos 2,9 biliões de Meticais, o "maior bolo é destinado às transferências correntes, que incluem despesas como assistência médica e medicamentosa, pagamento de quotas a organismos internacionais, subsídio de funeral, subsídio de reintegração e a verba agrega ainda fundo de pensões aos deputados aposentados. Serão 1,3 bilião (1 356 836 776,58) a serem gastos.

Seguem as despesas que albergam os salários dos deputados, subsídio de renda de casa, subsídio de círculo eleitoral e subsídio de instalação, além do subsídio de transporte, senhas de presença e ajuda de custos para viagens dentro e fora do país. Estas despesas vão custar aos cofres do Estado 1,2 bilião de meticais (1 202 263 255,31).

Os bens e serviços custarão aos cofres do Estado mais de 275 milhões de meticais (275 135 187,60). Aqui, além de bens que o orçamento do Parlamento não especifica, constam combustíveis e lubrificantes (só esta despesa vai consumir 28,2 milhões de meticais). No geral, os bens estão avaliados em 83,7 milhões de meticais.

Quanto aos serviços, não há, também, especificidade no orçamento. Sabe-se, apenas, que se incluem as comunicações gerais e dinheiro a ser gasto com comissões de trabalho e gabinetes de grupos nacionais do Parlamento. Estes serviços (incluindo os não especificados) têm um bolo de 191,3 milhões de meticais.

Os salários dos funcionários do secretariado-geral do Parlamento vão consumir 186 milhões de meticais (186 914 940,00)". Acedido em 09/05/2023. https://opais.co.mz/das-regalias-salarios-e-investimentos-parlamento-vai-consumir-29-bilioes-de-meticais-este-ano/.

política monetária restritiva com elevadas taxas de juro e restrições ao crédito, dificultando o investimento com recursos nacionais. Destaca-se que as imposições das IBW permaneceram até hoje, sobretudo junto do Banco de Moçambique e do Ministério da Economia e finanças.

Os grandes investimentos ("grandes projectos") tiveram início em finais do século XX, iniciando-se com a Mozal (fundição de alumínio), a retoma da exploração do carvão (em Tete), areias pesadas e de rubis, e a continuação da extracção de ouro e pedras preciosas, o reinício da produção de tabaco, algodão e caju, a construção/reabilitação/aumento de capacidade de infra-estruturas para servir os grandes investimentos (aeroporto e linha férrea de Nacala, linha férrea de Sena, reabilitação das estradas nacionais Nº 1, 4, 6 e 7, ponte sobre o rio Zambeze em Tete, entre outras). Estes investimentos foram realizados por investimentos directos estrangeiros, empréstimos e donativos externos. O Estado moçambicano estava "falido" e era ineficiente, e o capital interno não tinha capacidade de investimento, não somente pela tradição e cultura empresarial dos moçambicanos, como pela baixa poupança interna, as altas taxas de juros, os riscos do país e o assalto das elites ao património e negócios das então empresas privadas e estatais depois da independência.

O capital nacional tem sido aplicado em investimentos de complementaridade e em sectores não atractivos para o capital externo (transportes de passageiros, imobiliária, hotelaria e restauração e alguma logística), sobretudo por falta de capacidade competitiva[49], isto é, existem fracas relações inter-sectoriais, inovação e investimentos significativos em consequência da implantação dos grandes investimentos. Quando surgem crises nas actividades dos grandes investimentos, as empresas nacionais, porque dependentes da procura daquelas, entram também em crise[50].

Os grandes investimentos, na generalidade, têm tido importante variabilidade de produção devido aos preços e mercados internacionais e, consequentemente, na instabilidade do tecido empresarial local complementar e nas receitas externas do país, não obstante entre 60 e 70% das divisas do país serem derivadas de exportações desses investimentos externos (alumínio e recursos naturais)[51].

O capital externo actua no país com grandes vantagens comparativas em relação ao capital nacional e eventuais concorrências com alguns países da zona, no que respeita a benefícios fiscais e, consequentemente, pouco contribuem para as receitas públicas, pouco reinvestem localmente os lucros, e grande mobilidade de técnicos e suporte político[52], ausência de capacidade

[49] Nomeadamente, os factores preço, quantidades (escala), risco (continuidade e qualidade de fornecimento), entre outros aspectos.

[50] Foi o caso do tecido empresarial nacional em Tete, quando se verificaram flutuações na produção de carvão, devido, essencialmente, aos preços e procura internacional desta fonte energética.

[51] Sobre este tema, veja Castel-Branco, Carlos Nuno (2008). *Os Mega Projectos em Moçambique: Que Contributo para a Economia Nacional?* Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extractiva. IESE. Maputo.
"É indiscutível a contribuição positiva dos megaprojetos na pauta de exportações moçambicanas e, até o momento, esse é o segundo factor positivo dessas companhias para a economia nacional. Por outro lado, não se pode esquecer que têm um impacto muito pequeno sobre a taxa crescimento do PIB e do desemprego, geram pequenas receitas fiscais, são concentrados no sector extractivo". Página 96 em Mucanze, Nelson Alberto (2016). *Investimento direto estrangeiro em Moçambique: aspectos positivos e negativos*. Araraquara – S.P.

[52] "Eu estava lá desde o início, quando o presidente Chissano fez uma reunião em Tete e pediu para ajudar a empresa". Marina Amaral (2016), https://landportal.org, acedido a 19/04/2023.
O Presidente da República (Armando Guebuza) "lança o início de exploração da mina de carvão de Moatize". Portal do Governo da província de Tete, acedido a 19/04/2023.

fiscalizadora e de auditoria dos órgãos especializados do Estado. As multinacionais desenvolvem o que se designa de "responsabilidade social", que se tem concretizado na realização de pequenos investimentos nos locais em que a população é negativamente afectada ou sujeita a reassentamentos (escolas, centros de saúde, distribuição de sementes e insumos para a agricultura), com o objectivo de atenuar os efeitos negativos[53]. Contrariamente, existe a opinião que as multinacionais, no lugar destas acções, que podem ser demagógicas e desviantes das possíveis reivindicações, deveriam ter menos benefícios fiscais, podendo o Estado, no quadro das suas funções, desenvolver essas acções com prioridade para as zonas afectadas por efeitos negativos, ou tomar medidas para que não aconteçam, defendendo os direitos dos cidadãos abrangidos.

Os principais problemas derivados das actividades dos grandes projectos são geralmente os seguintes: (1) ocupação de terras sem a devida concertação, auscultação e respeito pelos direitos das populações abrangidas e, muitas vezes, sem respeito pela Lei de Terras[54] por parte da administração pública; (2) reassentamentos com desvantagens quanto às condições de produção, tipos de residência, planeamento habitacional, distâncias aos serviços básicos, acesso a transportes, entre outros aspectos[55].

Como se pode observar, todos os sectores produtivos (agricultura, minas e as infra-estruturas) possuem uma territorialidade de implantação, bem como os principais assentamentos urbanos, que permanecem idênticos ao longo de décadas ou mesmo séculos. O Estado, desde o período colonial, tem funções similares ao longo do tempo e as suas características principais mantêm-se, a destacar: defesa do poder instituído (preservação ou conquista), se necessário pela força (guerras); tecido económico subordinado ou influenciado pelo poder que assegura a reprodução de elites que articulam poder e negócios; burocracias que facilitam os negócios dominados por alianças de interesses, internos e externos, a favor destes últimos. Estas realidades configuram estruturas económicas extractivistas e extrovertidas, assumido as burocracias do Estado o papel de "facilitador" dos negócios através de leis e de políticas públicas favoráveis e aplicadas discriminadamente (entre o capital interno e o externo) e isenções, criando fragilidades legislativas e de fiscalização do capital, e intervencionando directamente na economia com empresas públicas (estatais durante a "experiência socialista"), na sua grande maioria cronicamente deficitárias, sem autonomia de gestão em relação ao Estado, más servidoras do público e dos utentes, pagando salários elevados, acrescidos de benesses, aos seus gestores As empresas do Estado estão controladas pelo poder administrativo e são um importante distribuidor de recursos e permissivas em relação aos limites entre o privado e o público, permitindo a reprodução de políticos-empresários e empresário políticos, com cobertura do Estado e do partido Frelimo.

---

[53] Veja, por exemplo, Selemane Thomas (2016). *Entre a Implosão do El Dorado e a contínua degradação das condições de vida dos reassentados*. Observador Rural Nº 45. OMR. Maputo.

[54] Exemplo da atribuição de 7 mil hectares à Rovuma Basin LNG Lando Limitada (RBLL), na península de Afungi, distrito de Palma, Cabo Delgado, para a construção da fábrica de liquefacção de gás natural. "A RBLL é uma sociedade constituída em 2012 pela Anadarko Moçambique Área 1 (AMA1) e pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENHP, E.P)", em Folha de Maputo, 19/05/2015, acedido a 19/05/2023.

[55] Para uma leitura geral, veja Mosca, João e Selemane, Tomas (2011). *El Dorado Tete: os mega projectos de mineração*. CIP. Maputo. Veja ainda, Selemane, Thomas (2016). *Entre a Implosão do El Dorado e a Contínua Degradação das Condições de Vida dos Reassentados*. Observador Rural Nº 45. OMR e Teles de Azevedo Artur Manhique (2022). *Reassentamento e direitos sociais das comunidades locais em Moçambique*. REVES, revista de Relações Sociais, Vol. 5; núm 2. Lisboa.

A EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO (RESUMO)

Pode-se observar que o capitalismo internacional actuou, de diferentes formas, desde os primórdios da colonização, aspecto directamente relacionado com o sistema e o desenvolvimento e sistemas políticos em Portugal, das potências coloniais e as relações de força entre elas, global e regionalmente. Inicialmente, no período puramente extractivo, o capitalismo das potências coloniais, ainda em fase final do feudalismo e de capitalismo embrionário (ou porventura classificado de capitalismo comercial - mercantilismo[56]), suportado pelos respectivos governos, encontrou articulações com as hierarquias locais, cujos sistemas de produção extractivistas e agrícolas encontrados nos territórios se podem considerar de feudais/esclavagistas[57].

Depois da fase puramente extractivista e de ocupação parcial do território (costa marítima, vales dos rios e corredores de tráfegos) e comercial, através de feitorias, desenvolveu-se um sistema económico que, continuando extractivista/mercantilista e virado para o exterior, passou a um capitalismo agrário e comercial igualmente extractivista e extrovertido e, finalmente, o capitalismo tardio[58] industrial português depois do Estado Novo e com uma filosofia de nacionalismo económico (proteccionismo) em relação aos interesses económicos de outras potências em relação às colonias portuguesas. Finalmente, existe a financeirização do capital cujas estratégias de actuação estão associadas às grandes empresas financeiras do mundo (capitalismo "financeirizado")[59] que, sempre que possível, exercem influência ou invadem a soberania nacional com as chamadas "condicionalidades" / imposições de política monetária e orçamental através do FMI e de projectos de desenvolvimento financiados pelos Banco Mundial e de cooperações multi e bilaterais. A actuação das IBW transmite sinais sobre o ambiente de negócios e riscos das economias a outros bancos (Banco Central Europeu, Banco Africano de Desenvolvimento, etc.), às multinacionais e aos países doadores.

---

[56] Mercantilismo foi um conjunto de práticas e ideias económicas que vigoraram na Europa a partir dos séculos XV e XVIII, na transição entre o fim e crise do feudalismo e o capitalismo e entre os reinos absolutistas, reforço do Estado nacional e o Estado moderno. A riqueza das nações em formação estava na acumulação de metais preciosos (o que justifica a procura, por parte das potências coloniais, de ouro, cobre, pedras preciosas e marfim) para reforço das monarquias (poder), na intervenção do Estado na economia (como força impulsionadora e investidora dos "descobrimentos" e da indústria nascente), na balança comercial positiva e no proteccionismo. Thomas Mun é um dos teóricos iniciais do mercantilismo, enquanto economia política, e um dos principais críticos foi, por exemplo, David Hume.

[57] O livro de C.E.R.M. faz uma descrição deste modo de produção, integrando aspectos históricos, culturais e económicos e de "modernidade", colocando em causa a sucessão dos cinco modos de produção, considerada de dogmática. Em relação ao modo de produção africano, o mesmo livro rejeita também as cinco fases, referindo que, em vastas zonas africanas, a organização social era, anteriormente, assente no que designa por "comunidade primitiva" e "sociedade tribal" ou "tribo-patriarcal", onde a subsistência, baseada na caça e na colecta ("apanha"), não permitia a acumulação individual/privada. Era o chefe do clã (patriarca ou chefe de família) que fazia a distribuição dos bens de subsistência e da terra pelos membros da família e pelos membros da aldeia/comunidades. Tanto para o caso africano, como para o asiático, refuta-se o modo de produção feudal defendendo-se a transição imediata para o capitalismo ou, em outras realidades, a passagem do feudalismo para o socialismo, conforme defendia Mao Tsé-Tung e autores chineses e estudiosos do processo chinês. C.E.R.M. (1974*). O modo de produção asiático*. Seara Nova, colecção Universidade Livre. Lisboa.

[58] Veja Mandel, Ernest (1982). *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural. (Série Os Economistas) e Baran, P. A.; Sweezy, P. M. (1966). *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana.* Rio de Janeiro: Zahar.

[59] Veja Mosca, João e Dadá; Yasser Arafat (2023). *Financeirização e extroversão agrária em Moçambique.* Destaque Rural Nº 202. MR. Maputo.

A fase "socialista" caracterizou-se por um sistema económico de capitalismo monopolista de Estado[60]. "… o Estado possui funções de repressão, de integração e de promoção das condições gerais da produção, garante a hegemonia da classe dominante actuando não somente no âmbito da superestrutura, mas também na esfera da produção" (Mandel, 1982)[61]. Acima, referiu-se o insucesso na aplicação de um modelo político e económico socialista que se transformou em capitalismo do Estado, devido à concentração produtiva e de distribuição dos recursos através de decisões administrativas do plano sem considerar o mercado (sobretudo em relação ao tecido económico "formal"). A acumulação privada foi parcialmente substituída pela acumulação no Estado e a distribuição dos recursos por via dos mercados deu lugar à alocação privilegiada de benefícios às burocracias partidárias, da administração pública e das empresas estatais. No lugar da apropriação da "mais-valia capitalista" (em termos marxistas) emergiu a apropriação do Estado.

Depois da adopção do PRE, seguiu-se o que se pode designar por "economia da abundância[62]" (entre os primeiros anos deste século até meados da segunda década) no quadro de uma economia financeirizada, cada vez mais dependente e extrovertida, com um Estado fragilizado em alguns aspectos (legislação e do poder legislativo, capacidade fiscalizadora e uma burocracia distribuidora de recursos e negócios, pouco transparente e protectora de interesses económicos, incluindo a corrupção). Como anteriormente, o domínio do capital externo, manifestado nos investimentos e extroversão (exportação de bens e de capital), concentra-se nos recursos naturais e *commodities* agrícolas, e em infra-estruturas que servem os fluxos de mercadorias relacionadas, e um capital interno, secundarizado e assente em serviços relacionados internamente com o investimento externo. A economia moçambicana torna-se cada vez mais afunilada e pouco sectores económicos, espacialmente concentrada, pouco criadora de emprego e com efeitos sociais e de saúde pública indesejáveis[63].

Nesta fase, observa-se o incrementar de elites rendeiras, cujas manifestações exteriores de riqueza não correspondem com as actividades conhecidas e legais e o aumento de casos de corrupção. O tráfico de droga, marfim, madeira, o envolvimento de agentes da polícia em crimes de diversos

[60] Sweezy, P. (1974). Sobre a Teoria do Capitalismo Monopolista. In: Magdoff, Henry (Org.). Teoria e História do Capitalismo Monopolista. Porto: Firmeza.

[61] Rocha, Islânia Lima da (2018). *Capitalismo monopolista, Estado e serviços sociais: a indissociabilidade entre funções econômicas e políticas para a preservação e o controle da força de trabalho*. Universidade Federal de Alagoas. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.

[62] Economia caracterizada por se encontrar em momento de expansão acelerada, com influxos extraordinários de recursos externos e o surgimento de um tecido empresarial local, principalmente relacionado com o investimento externo, para a construção de infra-estruturas e prestação de serviços, com criação de algum emprego e oportunidades de auto-emprego e emergência de economias informais. Nesse período, existe a ideia e a percepção de existência de recursos abundantes que, em muitas situações, são utilizados de forma pouco eficiente e em actividades não essenciais. Sobre este assunto, veja, por exemplo, Ocampo José António (2007). *La macroeconomia de la bonanza económica latino-americana*. Revista de la CEPAL nº 93.

Para o caso de Moçambique, veja Mosca, João, Abbas, Máriam e Bruna, Natacha (2013). *Economia de Moçambique 2001-2010. Um mix de populismo económico e mercado selvagem*. Escolar Editora. Lisboa.

[63] Mosca, João (2023). *Economia moçambicana em processo de concentração sectorial, territorial e social*. Destaque Rural Nº 199. OMR. Maputo.

Mosca, João e Selemane, Tomás (2011): EL DORADO TETE: *Os megaprojectos de mineração*. Centro de Integridade Pública. Maputo. Selemane, Thomas (2016), obra citada.

tipos, as sociedades "fantasma"[64], as dívidas ocultas, a "indústria dos raptos", os tráficos de droga, etc., passaram a ser uma realidade presente na realidade quotidiana do país, nos órgãos de informação, com casos em processos judiciais. Moçambique é já classificado como um dos Estados mais frágeis do mundo[65], com reforço do autoritarismo[66], classificado na "zona cinzenta" na classificação de países de risco de financiamento ao terrorismo e branqueamento de capitais[67] e a possibilidade de ser classificado como país falhado é grande.

Em resumo, as formas de actuação do capital estiveram relacionadas com o desenvolvimento das sociedades e dos sistemas de produção ("modos de produção", no conceito marxista). O capital assumiu, inicialmente, a fase mercantilista (rotas de ouro, pedras preciosas e marfim), seguindo-se um sistema que se pode designar de feudal (prazos da coroa), uma transição capitalista com permanência de características feudais das companhias majestáticas, depois, um capitalismo tardio (desde o Estado Novo em Portugal à independência), com um período curto de capitalismo monopolista de Estado de narrativa socialista e, finalmente, um capitalismo "selvagem" extrovertido, financeirizado e dependente.

A actuação dos diferentes "capitalismos" encontrou, em cada fase, formas funcionais de articulação com os sistemas de produção locais. Um amplo debate procura "encaixar" ou refutar a aplicação da teoria dos modos de produção marxistas e das etapas de Rostow[68] às realidades africanas. Surge o "modo de produção asiático" e o "africano"[69]. A realidade africana encontrada nos contactos com outras civilizações pode ser considerada como típica de uma das teorias

---

[64] Entende-se por sociedades fantasma aquelas onde existem sócios sem ou com realização simbólica de capital na estrutura societária das empresas e cuja participação tem como objectivo a "protecção" política e a facilidade na realização de determinados negócios, incluindo o não cumprimento de legislações.

[65] Segundo o Fragile States Index, em 2022, Moçambique ocupava o 21º lugar pior, de entre 179 países avaliados, tendo piorado sucessivamente desde 2017.

"Em síntese, e focando os aspectos essenciais, Estado frágil é caracterizado pelo poder não assegurar paz e segurança plena dos cidadãos, não respeitar e fazer respeitar os direitos humanos e as liberdades dos cidadãos, possuir instituições públicas com limitada capacidade de legislar, executar, fiscalizar e sancionar, ser vulnerável aos choques económicos externos, pouco resiliente a mudanças climáticas, sendo, portanto, gerador de conflitualidades sociais, potenciais ou reais". https://landportal.org. Cessado em 19/04/2023.

[66] A classificação de Moçambique como «regime híbrido» passou para a de «regime autoritário», em 2018 (The Economist, 2019).

[67] "Moçambique vai cair numa lista de países incumpridores dos mais recentes critérios internacionais de prevenção e combate ao financiamento do terrorismo e branqueamento de capitais do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI). Uma reunião crucial do grupo vai ter a partir do próximo dia 21 de Outubro de 2022, em Paris, França, altura em que Moçambique passará a fazer parte dessa lista "Lista Cinzenta", com consequências severas para a economia", Carta de Moçambique, 11 de Outubro de 2022.

[68] Os modos de produção marxista são os seguintes, em sequência história (com críticas ao mecanicismo evolucionista da história): comunismo primitivo – esclavagismo – feudalismo – capitalismo e, socialismo como fase de transição para o comunismo. Rostow considera as seguintes etapas: sociedade tradicional – pré-condições para o arranque – arranque ("take-off") – marcha para a maturidade – e, era do consumo de massa. Rostow, W. W. (1978). *Etapas do desenvolvimento económico: um manifesto não-comunista*. 6ª. edição. Zahar, Rio de Janeiro.

[69] O livro de C.E.R.M., em relação ao modo de produção africano, rejeita as cinco fases da evolução das sociedades, referindo que, em vastas zonas africanas, a organização social era, anteriormente, assente no que designa por "comunidade primitiva" e "sociedade tribal" ou "tribo-patriarcal", onde a subsistência, baseada na caça e na colecta ("apanha"), não permitia a acumulação individual/privada. Era o chefe do clã (patriarca ou chefe de família) que fazia a distribuição dos bens de subsistência e da terra pelos membros da família e pelos membros da aldeia/comunidades.

C.E.R.M. (1974). *O modo de produção asiático*. Seara Nova, Colecção Universidade Livre. Lisboa.

referidas, onde existe uma mescla de características de comunismo primitivo, esclavagismo e feudalismo, que se foi adaptando aos sistemas de outros modos de produção importados do exterior durante séculos. Na realidade moçambicana, a resistência/absorção /adaptação/absorção desses sistemas foi acontecendo através do desenvolvimento das funcionalidades recíprocas com o colonialismo e, também, até finais da década de 50 do último século, por meio de métodos coercivos, como a prática do trabalho obrigatório na construção de infra-estruturas, em culturas agrícolas do interesse do capital agrário (sendo o algodão o exemplo paradigmático), nas migrações internas e, sobretudo, externas para a ´África do Sul e Rodésia do Sul (hoje Zimbabué) e, por via do pagamento do "imposto de palhota" (*mussoco*)[70] e da política proteccionista do Estado Novo (até meados da década de cinquenta do século XX). Estes "encontros" forçaram ajustamentos nos sistemas de produção e na organização das economias familiares. A transformação mais acentuada aconteceu na fase do capitalismo, desenvolvido pelo Estado Novo em Portugal e no âmbito do pacto colonial, com a integração das economias locais no sistema capitalista por três vias principais: integração da agricultura familiar no mercado criando excedentes para satisfação de novas procuras; incentivo de pequenos negócios formais e informais; assalariamento ou semi-assalariamento, o que gera mais rendimentos monetários e aumento da produção para troca; emigrações; e, depois, das reformas de política economia do Estado Novo[71] e dos contextos internacionais .

3.5 CONFLITOS

Os países da costa oriental da Africa Subsaariana são, actualmente, palco de diversos tipos de conflito do islamismo radical, que podem ser entendidos, de alguma forma, como conflitos civilizacionais à escala mundial e de influência económica, ambos com raízes seculares[72]. Além da componente religiosa/civilizacional[73], os conflitos constituíam uma luta pelo domínio de rotas comerciais (de ouro, marfim, pedras preciosas e escravos), envolvendo a presença muçulmana e ocidental (principalmente Portugal, Alemanha, Bélgica, Itália, França e Inglaterra). Além das disputas entre potências externas a África, as disputas estiveram associadas a vários tipos de aliança com impérios e reinos locais, pretendendo, por um lado, facilidades de penetração na

[70] Em 1928 foi publicado o Código de Trabalho dos Indígenas e o Acto Colonial em 1930: mas a prática do trabalho forçado continuou até à década dos anos 50. O *chibalo* foi abolido em 1961.

[71] Mosca, João (2007): "Salazar e a Política Económica do Estado Novo". História, Série II, Número 4, pp. 339-364. Lusíada. Universidade Lusíada. Lisboa.

[72] "Até 1530, os mercadores portugueses tentaram, sem êxito, lutar, não só contra o bloqueio que lhes foi movido pelos árabes, que transformaram Angoche num novo centro de escoamento de ouro, mas também contra o bloqueio de certas dinastias *shona* à passagem das mercadorias da costa para o interior. Só a partir desta data é que os portugueses decidiram penetrar no vale do Zambeze a fim de ir ao encontro das fontes de produção, construindo feitorias em Tete e Sena (1530) e Quelimane em 1544. Tratava-se, agora, não da tentativa de controlo das vias de escoamento de ouro, mas do acesso às zonas produtoras.
Neste período inicial, a penetração portuguesa no interior tinha em vista montar um sistema de alianças com as classes dominantes locais, de forma a criar condições favoráveis da actuação do capital mercantil". https://www.universidademz.com. Cessado a 20/04/2023.

[73] Veja Huntington, Samuel (1997). O Choque das Civilizações e a Recomposição da Nova Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Objetiva.
Para uma análise crítica deste polémico texto, veja *Uma crítica à tese do Choque de Civilizações.* Fórum Pluricom https://www.pluricom.com.br/forum/uma-critica-a-tese-do-choque-de-civilizacoes. 11 de Janeiro, 2006.

colónia e, por outro lado, a obtenção de benefícios materiais nas trocas de armamento militar para uso nos conflitos internos[74].

Nos princípios do século XX, e depois da Conferência de Berlim, incluindo durante a I Grande Mundial, houve disputas fronteiriças entre as potências coloniais (Portugal, Inglaterra e Alemanha) na África Austral[75]. Em Niassa e Cabo Delgado existiram disputas militares com alemães.

Depois da designada "pacificação" dos territórios, emergiu a guerra pela independência (10 anos, de 1964 a 1974), a guerra civil (de 1977 a 1994), com envolvimento, nos dois casos, das "potências regionais" (África do Sul e Rodésia do Sul). Segundo opiniões de alguns estudiosos, a guerra civil é interpretada como o prolongamento da Guerra-Fria face ao domínio do Índico e da região pelo bloco socialista da Europa e da China. "Forças políticas inspiradas no "apartheid" e na independência unilateral da Rodésia, pretendiam uma África de governos brancos. Os grandes interesses económicos, a riqueza em recursos naturais, a posição estratégica e os regimes ideologicamente radicalizados e instrumentalizados por forças externas, com alianças internas, colocavam os países e a região na órbita da Guerra-Fria. Henry Kissinger referiu-se à "pinça comunista" (sendo Angola e Moçambique os "braços" da pinça), e a "presa" a África do Sul. Os conflitos regionalizaram-se, sem qualquer relevância para o papel e as capacidades políticas e militares do ex-colonizador (Portugal), onde o regime tinha também mudado e passou a estar virado, fundamentalmente, para a integração na Europa (década dos anos oitenta)[76]." Anteriormente, aquando da independência unilateral da Rodésia do Sul em 1965, proclamada por Ian Smith, Inglaterra impôs um embargo económico e colocou uma frota da marinha de guerra diante do porto da Beira com o objectivo de evitar qualquer entrada ou saída de mercadoria da então Rodésia do Sul, agora Zimbabué[77].

Moçambique esteve envolvido directa e militarmente (mesmo que de forma não declarada), nas guerras contra o apartheid na África do Sul e pela independência da Rodésia contra os regimes brancos de então. Entre os movimentos de libertação existiram colaborações diferenciadas

[74] Cecil Rhodes obtém de Ngungunhane, a troco de um milhar de espingardas, munições e de um subsídio anual em dinheiro, a concessão de exploração de minérios e o acesso ao mar. Ngungunhane recebe uma taça em prata, oferta da rainha Vitória do Reino Unido.
Ngungunhane é surpreendido pela rapidez dos acontecimentos e pela radical alteração do comportamento português. Decide, então, mais uma vez, jogar no conflito entre Londres e Lisboa, mas fica sem resposta o seu pedido de protecção à rainha Vitória do Reino Unido. Sem que ele o soubesse, os governos português e britânico tinham chegado a acordo na delimitação dos territórios africanos, rubricando, em Junho de 1891, um entendimento onde Gaza fica, sem margem para dúvidas, no interior do território de Moçambique. O imperador é intimado assumir-se como súbdito de Portugal, deixando de poder esperar apoio britânico. Sobre este assunto, veja Pélissier, René (1988). *História de Moçambique: Formação e oposição (1884-1918)*. Lisboa. Estampa, e Santos, Gabriela Aparecida dos (2007). *Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do Sul de Moçambique (1821-1897)*. Universidade de São Paulo. Brasil.

[75] O ultimato britânico de 11 de Janeiro de 1890 impõe a retirada imediata das forças portuguesas da região do rio Chire (Niassalândia) e das terras dos macololos e dos machonas (actual Zimbabué). Em caso de desobediência, o governo britânico ameaçava Lisboa com bloqueio naval e acção armada. Nessa altura, contrapondo a ambição portuguesa de domínio, do designado mapa cor-de-rosa, os ingleses possuíam o sonho de unir, por via-férrea, ligando a África do Sul ao Egipto. "Para obrigar os portugueses a recuar, o Governo da rainha Vitória faz um ultimato a Portugal em 1890. O rei de Portugal, face ao maior poder militar e económico inglês, mesmo protestando, recua nas ambições imperiais de Lisboa". Ruano, António (1973). Portugal no Século XX – 1908. RTP. https://ensina.rtp.pt. acedido a 20/04/2023)

[76] Mosca, João (2010). Encruzilhadas da África Austral. JANUS 2010 anuário de relações exteriores. Lisboa.

[77] Conhecimento/vivência pessoal do autor.

fundamentadas em posições ideológicas, posicionamentos políticos e militares geoestratégicos e por razões económicas, e, no quadro das disputas entre os blocos socialistas/comunistas e o Ocidente/NATO[78].

A actual guerra de (ou em) Cabo Delgado pode estar associada a domínios de interesse económico (sobretudo de recursos naturais) de várias potências, concretizados na corrida ao gás. Os objectivos desta guerra podem ser: "(1) reduzir a possibilidade de alterações dos actuais (des)equilíbrios do mercado energético, com a entrada de grandes quantidades de gás, reforçando, eventualmente, a posição de algumas multinacionais e países, além de efeitos sobre os preços, mesmo considerando as desvantagens económicas e tecnológicas, do gás, mas menos ambientalmente, comparativamente ao petróleo; (2) controlo das rotas do Índico pelos Estados Unidos da América e França, não somente para controlo de tráficos de droga e outros recursos naturais, migrações clandestinas e pirataria marítima, como ainda pelo controlo militar e económico da zona; (3) dificultar a "penetração" chinesa (principalmente) e indiana em África, que têm por estratégia, o acesso a recursos (sobretudo gás), deslocalizar indústrias intensivas em mão-de-obra produtora de bens para demandas de baixo rendimento, com salários e terra baratos, maior proximidade dos grandes mercados, como ainda, para "exportar" a emissão de gases contaminantes do ambiente devido às tecnologias dessas indústrias, numa perspectiva da especialização desses países no mercado de tecnologias de última geração e a transformação/especialização nas "novas economias". Para além das conjecturas sobre as causas e interesses externos que se associam a esta guerra, não se pode secundarizar os factores internos, como contexto de vulnerabilidade social e económica interna, elementos de natureza étnica, potencial fundamento da adesão de jovens moçambicanos ao movimento insurgente[79].

Em síntese, a costa índica de África e o oceano Índico, no seu todo, foram (e são) palco de vários conflitos locais e internacionais com diferentes tipos de alianças (entre as potências coloniais contra a influência e presença árabe e contra os reinos e impérios locais), sempre em busca do domínio militar, político, económico e comercial, onde se ressalta a confluência de interesses das potências árabes, primeiro, e, depois, até à actualidade, de potências ocidentais (ex-potências coloniais e EUA), contra a influência da China e da Índia, tendo como motivo, domínio de territórios, seja de ocupação, como de influência religiosa e económica; desde o ouro, marfim e pedras preciosas, à escravatura, ao petróleo e gás, carvão e rubis, madeiras e marfim, mão-de-obra barata, fuga de cérebros. Ocupação (poder) – economia – guerras são realidades históricas desta zona do mundo, incluindo de Moçambique.

Existem também inúmeros conflitos sociais e laborais, sobretudo onde se assiste a investimentos avultados e concentrados, como nas minas de rubis em Cabo Delgado, areias pesadas, carvão, nas empresas açucareiras, nas periferias urbanas (principalmente em Maputo e Matola).

[78] "Num encontro informal de uma comemoração de aniversário, foi dito que, entre os movimentos de libertação, havia uma pretensa separação entre os libertadores "puros" e os "não puros", os primeiros mais próximos da URSS e os segundos da China. Pertenciam aos "puros", por exemplo, a FRELIMO, ANC sul-africano, MPLA de Angola, a ZANU do Zimbabué e a União Nacional Africana do Tanganica (Tanganyika African National Union – TANU). Os "não puros", entre outros, eram os outros movimentos de Moçambique, a UNITA e a FNLA de Angola, a ZAPU do Zimbabué. Interessante verificar como estas "divisões" persistem (ou se repercutem) ao longo do período deste estudo, nomeadamente nas fases pós-independência e nos conflitos internos aos movimentos de libertação, entre estes e após as independências", em Mosca, João (2022). *ADN Frelimo. Poder e negócios*. CIP. Maputo.

[79] João Feijó, pesquisador do OMR, possui inúmeros trabalhos sobre esta temática. Veja em www.omrmz.org.

Os resultados eleitorais originam sistematicamente movimentos de protesto com actos de violência e repressão com uso desproporcionado da força pela polícia.

3.6 As relações e os contextos externos

A natureza dos bens e serviços produzidos e consumidos, e respectivas origens e destinos, foram-se configurando, sobretudo a partir do século XVII.

O Oceano Índico é uma zona sempre presente na realidade moçambicana e em toda a África Oriental. Desde a rota da seda ao comércio árabe e dos suaílis, da Índia às ilhas então francesas; posteriormente, nas primeiras décadas do século XX, havia trabalhadores, técnicos e capital das Comores e das Maurícias na produção de açúcar no vale do Zambeze, retomando essa presença após a privatização das empresas estatais, na última década do século XX, e retorno do capital francês às açucareiras na mesma região.

O Índico foi palco de conflitos sobre o domínio do comércio sendo particularmente mais acentuado no período do comércio de escravos e, anteriormente, do comércio e presença de várias civilizações.

Dando um salto no tempo, o Índico surge, na segunda metade do século XX, como importante no comércio de feijões e grãos, de compra de terra por países europeus, asiáticos e árabes[80], de investimentos, sobretudo nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e em infra-estruturas (rodoviária e imobiliária), o regresso de comerciantes chineses e asiáticos em toda a costa e a extracção de recursos naturais (madeira, pedras preciosas e marfim); a importância da geoestratégia global desta zona, onde os EUA mantêm uma frota da sua marinha de guerra com múltiplos objectivos: (1) pressão sobre a China no momento em que que esta nova potência mundial aumenta a sua influência marítima e económica na região e no sul da Ásia; (2) controlo do tráfego de droga e da pirataria marítima.

A África Austral foi palco de disputas diversas entre impérios e reinos locais, destes com as potências colonizadoras, conflitos territoriais depois da Conferência de Berlim, entre a colonização britânica, alemã e portuguesa, diversos tipos de alianças regionais e internacionais de influência nas guerras de libertação nacional, na guerra civil e, ultimamente, nas guerras na zona centro e em Cabo Delgado[81].

Em termos económicos, as relações entre Portugal e Moçambique tiveram como denominador comum o predomínio dos interesses do capital que estabeleceu, ao longo de séculos, alianças com alguns dos poderes políticos locais, aproveitando-se das contradições e conflitos pré-existentes. No século XX, configurou-se a aliança principal regional com a África do Sul e a Rodésia Sul, seguindo-se um curto período de predomínio da presença de países socialistas da Europa, China, Cuba e outros. Finalmente, depois das reformas económicas de 1987, com os países capitalistas sob a égide das Instituições de Bretton Woods e outras organizações internacionais do sistema das Nações Unidas e bancos comerciais, quando se assistiu a uma maior intensificação do capital concentrado nos recursos naturais (carvão, areias pesadas, gás, ouro, pedras preciosas, madeira, marfim, pescado, etc.) e em *commodities* agrícolas.

[80] Veja Mosca, João (2022). *Geoestratégia à volta da terra e território.* Destaque Rural Nº 172. OMR.
[81] Alguns destes aspectos foram desenvolvidos noutras partes do texto.

Em situações de crise declarada (dívidas ocultas, COVID-19 e guerra de Cabo Delgado, deslocações/reassentamento de pessoas e eventos climáticos), o governo aumenta os níveis de pedido de socorro militar, financeiro e material fazendo transparecer, claramente, a situação de penúria do Estado reflectida em défices crescentes e persistentes do Orçamento Geral do Estado, da dívida pública interna e externa e das opções de política monetária. Em contrapartida, existem os contractos com grandes benefícios, de diversa natureza, para as empresas multinacionais, em muitos casos com actos de corrupção e não cumprimento da legislação.

As relações militares são diversas, desde treinamento, fornecimento de material bélico e presença de militares estrangeiros em Moçambique, reflectindo importantes perdas de soberania com contrapartidas em acesso a recursos e negócios, o que se traduz em saídas de capital e de recursos.

4. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ACTUAL ESTRUTURA ECONÓMICA DE MOÇAMBIQUE

A presente secção ressalta os traços fundamentais da estrutura económica de Moçambique fazendo referência à sua configuração ao longo da história.

Moçambique possui uma estrutura sectorial assente nos sectores primários (agricultura e recursos naturais) que exporta com muito pouco ou nenhum valor acrescentado interno, o que influencia a característica do comércio externo, com o predomínio da importação de bens de equipamento e exportação de *commodities*. Esta é uma característica da economia do século XX, podendo haver algumas mudanças nos pesos relativos de alguns bens. O gás, as minas, o alumínio e o tabaco surgem com grande peso sectorial. Os serviços mantêm-se importantes e em crescimento, sobretudo os serviços do Estado, os portos, caminhos-de-ferro e transportes.

À excepção da fundição do alumínio, que transforma a alumina importada da Austrália e a funde em lingotes de alumínio, o sector da indústria está, fundamentalmente, associado à construção civil (infra-estruturas associadas ao escoamento da produção dos grandes projectos – caminhos-de-ferro e portos e estradas nacionais nos corredores da Beira e do Norte, imobiliária). Estas constituem características importantes da economia desde finais do século XIX. Verificou-se uma forte desindustrialização iniciada em meados dos anos oitenta do século XX. Surge com crescente peso, a extracção de gás, minerais (já tradicional) que faz reduzir a percentagem da agricultura na formação do PIB.

Estas evoluções tendem, crescentemente, para uma economia sectorialmente afunilada e territorialmente concentrada, onde as principais actividades económicas estão ao serviço do investimento directo estrangeiro, programas de apoio externo e cooperação internacional que criam mais dependência económica[82], tanto nas relações económicas internacionais, como na influência sobre os modelos de crescimento e nas políticas públicas[83]. Consequentemente, existem fracas e decrescentes relações intersectoriais, o que significa uma economia desarticulada e pouco geradora de valor acrescentado ("conteúdo local", no discurso político nacional).

[82] Mosca, João, Nova, Yara e Aiuba, Rabia (2024). Ensaio sobre o Índice de Dependência Externa: o caso de Moçambique. Observador rural. OMR. Maputo.
[83] Vários casos poderiam ser apresentados. Sugrere.se a leitura do livro de Mosca, João, Capaina, Nelson e Nova Yara (2024). *SUSTENTA, (in)SUSTANTÁVEL*. Escolar Editora. Maputo.

O crescimento espacialmente concentrado (zonas dos grandes projectos, corredores de desenvolvimento e territórios de elevado potencial agrário, migração rural-urbano e, ainda, a existência de infra-estruturas de comunicação, têm provocado o aumento da concentração da população[84]. A população cresce a taxas acima de 3%, o que implica uma grande pressão sobre os recursos naturais (terra, água, florestas e fauna bravia), agravando a pobreza e a vulnerabilidade climática. A concentração da população e as migrações são um fenómeno que remonta às "guerras de pacificação", à construção de infra-estruturas no século XX, ao trabalho para as minas e agricultura dos países fronteiriços, e às migrações para as plantações.

A economia moçambicana é de baixa produtividade, com tecnologias intensivas em trabalho, pouco geradora de emprego e reprodutora de pobreza[85]. O crescimento populacional, no modelo desenvolvimento do país, aumenta as desigualdades sociais e territoriais[86].

O tecido empresarial moçambicano é constituído por empresas de pequena dimensão, empresários com limitada tradição produtiva e de pouca inovação, e pouco competitivo, devido aos níveis tecnológicos das empresas, qualidade de gestão e produtividade do trabalho e protecção partidária. As empresas públicas são, com raras excepções, monopólios que, para além do poder próprio da estrutura monopolista, possuem protecção política e impedem a concorrência de novos agentes económicos nacionais e estrangeiros, funcionando como braços económicos do Partido/Estado partidarizado, com gestão politizada e por gestores pouco preparados, prestando maus serviços aos cidadãos e a outras empresas, cumulando dívidas ao Orçamento do Estado e/ou à banca, com grandes dificuldades de manutenção dos patrimónios, tornando-as ineficazes[87].

Os mercados são fortemente distorcidos pelas intervenções administrativas do Estado, participação das elites políticas, como sócios nas empresas, principalmente para o "aconchego" e protecção política, corrupção e circuitos e economias informais.

O ambiente de negócios (medido pelo Doing Business -DB) em Moçambique é referido como tendo muitos aspectos a melhorar. O indicador DB avalia 190 países, sendo que as classificações são determinadas com base na média entre as pontuações dos 10 indicadores. Segundo o Banco Mundial, Moçambique ocupava o lugar 138º no DB 2020. A corrupção, o abastecimento de água e energia, as infra-estruturas, os transportes, o crédito e outros aspectos de política monetária, e a morosidade do sistema judicial, carga fiscal, e produtos pirateados, são considerados como os factores que mais contribuem para o agravamento da classificação de Moçambique nos últimos

[84] Dadá, Yasser e Mosca, João (2022), Demografia e implicações para a economia e o meio rural. Destaque Rural 190. OMR. Maputo.

[85] Dadá, Yasser Arafat (2024). *Determinantes da pobreza em Moçambique*. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa. Maputo. A tese revela o aumento do número de pobres de 1997/98 a 2014/2015, aumento do desemprego, e baixa produtividade, sobretudo na agricultura. O crescimento económico não tem absorvido o aumento da população, em termos de rendimento e do consumo (pobreza na óptica do consumo) e da pobreza multifuncional

[86] Segundo a Tese de Doutoramento de Yasser Dadá, o nono decil concentrava, em 2000, 59,8% da riqueza e, em 2020, aumentou para 64,6%. O primeiro decil retinha, nos mesmos anos, 0,2% e 0,1% da riqueza, respectivamente.
Veja ainda Mosca, João, Cravino, Janete e Dadá, Yasser Arafat (2022*). Zona Centro de Moçambique. Porquê o epicentro dos conflitos pós-independência*. Escolar Editora. Maputo.

[87] A situação descrita refere-se à maioria das empresas públicas. Apenas, como exemplo, refere-se a LAM (Linhas Aéreas de Moçambique) e a empresa Caminhos-de-Ferro de Moçambique.

anos. No entanto, é referido que o ambiente de negócios para os grandes investimentos extemos é mais favorável, devido aos benefícios fiscais, excepcionalidades legais (por exemplo, em relação à Lei de Terras), ausência de fiscalização e de auditorias às contas e volumes e qualidade de exportação, cobertura política, entre outros aspectos. Estas condições dificultam e agravam a concorrência das empresas de capital nacional, pela incapacidade de fornecimento regular em quantidade e no tempo conforme as demandas das empresas com um grande número de trabalhadores e necessitadas de grandes volumes de logística/aprovisionamentos de diversos bens e serviços, preços, para além dos aspectos estruturais do tecido empresarial moçambicano.

5. RESUMO

Pode-se afirmar que a estrutura económica, a territorialidade, os contextos políticos e militares e económicos, e a extroversão com dependência do desenvolvimento de Moçambique do capital externo, continuam a ser características que se foram configurando ao longo de décadas e séculos, e que os períodos de ruptura foram de curto prazo e de insuficiente capacidade transformadora dos processos de longa duração. Neste aspectos, ressalta-se a fase do capitalismo tardio e período final da colonização com tendências para a transformação estrutural da economia (industrialização e terciarização da economia e modernização de alguns sectores produtivos) e, após a independência, a "experiência socialista" que, no essencial, manteve ou aprofundou as características seculares e, em especial, depois de finais do século XX, como, por exemplo: a economia assente no sector primário de baixa produtividade em explorações agrícolas de pequena (ou muito pequena) escala tornando este sector importante na formação do PIB, a descapitalização industrial em consequência de uma continuada desindustrialização, o aumento da dependência e do capital externo, mesmo considerando mudanças nos parceiros externos, a natureza do comércio externo (bens e serviços importados e exportados), entre outras.

O domínio político por ocupação administrativa e militar colonial ou apenas através de califados e feitorias, com maior ou menor penetração no interior dos territórios e, com a designada ocupação efectiva e reformas na economia de Portugal no período do Estado Novo, aconteceu o domínio político, económico, cultural (por exemplo, por meio da língua oficial e da educação) e religioso (através, por exemplo, da Concordata assinada entre Portugal e a Santa Sé). A presença religiosa acentua-se no país com predomínio de algumas religiões em territórios com passado de presença árabe e portuguesa.

No período pré-colonial e até às primeiras décadas do século XX, existiram múltiplos conflitos e guerras de ocupação entre reinos e impérios com conotações de bases tribais. Entre as potências coloniais e países/califados árabes existiram igualmente conflitos, sobretudo para o domínio das rotas para o interior dos territórios. Actualmente, persistem acções para supremacia de influências políticas, associadas a interesses económicos, como seja o "perigo amarelo" (chinês) e indiano, sobre o Índico em contraponto com os americanos e europeus (sobretudo a França), mesmo que, para o efeito, sejam necessárias intervenções militares em conflitos locais onde se misturam aspectos políticos, económicos, religiosos e geoestratégicos, como é o caso do conflito de Cabo Delgado.

Os elementos de natureza económica essenciais desse processo foram os seguintes: a intervenção directa e indirecta externa, com o objectivo de controlar tráfegos diversos e diferentes produtos ao longo de séculos. A influência/domínio económico foi materializada através da exploração do trabalho e "exportação" de trabalho escravo para outras colónias portuguesas (principalmente o

Brasil), para as plantações de cana-de-açúcar do Caribe e das ilhas francesas no Índico, e para a extracção de recursos mineiros. Com a colonização manteve-se a produção interna e a extracção dos excedentes agrícolas do campesinato, visando principalmente o abastecimento de matérias-primas para a indústria portuguesa, de mão-de-obra para os países vizinhos e dos serviços para o *hinterland*. Assim se configuraram as economias de plantação, a mercantilização (monetarização) do campesinato, os complexos ferro-portuários e, mais tarde, a economia de colonatos. Após a independência, a cooperação "socialista" ("internacionalismo proletário") tinha também contrapartidas económicas, como seja a exportação de pedras preciosas, de carvão e pescado. Após as reformas económicas, surge o investimento directo estrangeiro com o objectivo, quase que exclusivo, da exportação de alumínio transformado de matérias-primas importadas (neste último caso, por meio da implantação de uma "indústria de trânsito"), carvão, pedras preciosas, pesca, madeira e gás, beneficiando de grandes benefícios fiscais, terra praticamente a custo zero, baixos salários, poucas relações intersectoriais e não formação de *clusters* com a participação do capital nacional, e um Estado frágil incapaz de fiscalizar, sob diferentes pontos de vista, a actividade do capital multinacional.

Os modelos económicos, ao longo de séculos, sempre assentaram na base de troca desigual e de acumulação no exterior, secundarizando o desenvolvimento do mercado e do capitalismo doméstico, criando e reproduzindo diferentes mecanismos e modos de dependência com desenvolvimento do subdesenvolvimento, assente em estruturas produtivas primárias, de baixa tecnologia, salários baixos e consequente pouca produtividade e competitividade das economias.

O desenvolvimento processou-se, persistentemente, em territórios que são actualmente os que possuem maior actividade económica, como são os complexos ferro-portuários que formam os corredores de Maputo, Beira e Norte, os vales dos rios Zambeze, Limpopo e Pungué, as zonas de implantação da agricultura de plantação (principalmente no Centro do país) e a maior intensidade da rede comercial no litoral. Estas são as zonas dos tráfegos de ouro, marfim, escravos, de implantação das companhias majestáticas e das empresas de plantação e os centros administrativos junto dos portos e caminhos-de ferro, cujas cidades foram crescendo ao longo de séculos.

Após a independência, através de alguma cooperação impostas ou com objectivos não declarados, aconteceu a penetração da influência dos países socialistas na região Austral de África, reflectida na expressão da "pinça comunista" de Henry Kissinger, a imposição das Instituições de Bretton Woods para a implementação de medidas de reforma dos alicerces do modelo socialista (planificação central, estatização da economia, cooperativização da agricultura, a propriedade estatal da terra, proibição do exercício privado de actividades profissionais, entre outros elementos de economia e de política económica).

A interacção entre o desenvolvimento capitalista nas potências coloniais influenciou as relações de produção com as sociedade e economias locais, transformando-as e criando funcionalidades e dependências no sentido de facilitar o extractivismo. A expansão política e do capitalismo colonial, por razões políticas, internas e externas, e a falta de capacidade do capitalismo português, exigiu alianças externas no quadro do pacto colonial. Simultaneamente, a redução do nacionalismo económico de Salazar fez emergir, nas últimas duas décadas da colonização, um capitalismo com crescimento rápido[88] de acumulação local em consequência do pacto colonial e

[88] O crescimento rápido da década dos anos sessenta pode ser atribuído à guerra de libertação nacional, que se traduziu na entrada do exército português em Moçambique, suas necessidades de logística,

da distribuição do trabalho entre os territórios ultramarinos. Iniciaram-se também insatisfações na classe empresarial colona que se sentia estrangulada pelas imposições metropolitanas, tendo emergido movimentos independentistas de brancos à luz e com inspiração na Declaração Unilateral de Independência da Rodésia do Sul em relação à Grã-Bretanha, por Ian Smith, em 1965.

Em síntese, a penetração do capital, sob diversas formas, conforme o desenvolvimento da sociedade e economia metropolitana, teve sempre como objectivo a extracção de recursos e a extroversão com dependência económica, assegurando uma integração progressiva das sociedades e economias locais conforme as necessidades de reprodução do sistema e da economia colonial. O capital foi, e continua a ser, suportado por poderes políticos, instrumentalizando os Estados que foram exercendo diferentes funções conforme a necessidade de impor o domínio político e militar e a expansão do capitalismo. Estado - poder militar/conflitos – capital – e dependência política e económica constituem os elementos de longa duração de formação da sociedade e economia moçambicana.

investimentos em infra-estruturas de defesa do território, e considerando o desenvolvimento do capital de acumulação interna em consequência das reformas económicas da fase de redução do nacionalismo económico de Salazar.

LISTA DOS ÚLTIMOS 20 TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL*			
Nº	**Título**	**Autor(es)**	**Ano**
140	Alguns determinantes da produtividade agrícola em Moçambique	Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Janeiro de 2024
139	Instrumentos de política agrícola e a produção agrícola em Moçambique	Rabia Aiuba	Agosto de 2023
138	"Antes de as mineradoras chegarem, produzíamos muito... agora, já não": impacto da mineração do carvão na produção agrícola das comunidades circunvizinhas às minas em Moatize	Mélica Chandamela	Julho de 2023
137	Após o ciclone idai, as inundações: narrativas e lições de um desastre (in)esperado e "excepcional"	Uacitissa Mandamule	Maio de 2023
136	Penetração de capital no meio rural, exclusão e expropriação: mecanismos de compensação em contexto de desigualdades pré-existentes	Natacha Bruna	Abril de 2023
135	Reforma legal e o mercado de terras em Moçambique	Nelson Capaina	Março de 2023
134	Deslocações forçadas e aumento da pressão sobre o garimpo em Namanhumbir	Jerry Maquenzi e João Feijó	Fevereiro de 2023
133	Os espaços de participação e de exercício da cidadania, na voz de líderes associativos da província de Cabo Delgado	João Feijó	Janeiro de 2023
132	Desafios e oportunidades na produção orizícola no baixo Zambeze: O caso da província da Zambézia	Nelson Capaina	Novembro de 2022
131	Acesso e alocação de terras para além dos grandes investimentos: O papel das elites políticas e económicas em Boane	Josefina Tamele	Outubro de 2022
130	Produção Agrícola e Empoderamento de Mulheres em Contextos Rurais: análise do projecto AgriMulheres em três povoados da província de Nampula (2018- 2021)	Neuza Balane e João Feijó	Setembro de 2022
129	Modelos de desenvolvimento agrário em Moçambique	Yara Nova e Rui Rosário	Setembro de 2022
128	Variações do extractivismo em Moçambique: um mundo inteligente ao clima e a emergência do extractivismo verde	Natacha Bruna	Agosto de 2022
127	Caracterização das condições socioeconómicas dos deslocados internos no Norte de Moçambique ao longo do ano de 2021	João Feijó, Jerry Maquenzi, Daniela Salite e Joshua Kirshner	Agosto de 2022
126	Dinâmicas de inovação tecnológica dos pequenos produtores agrícolas em Moçambique - o caso da produção de soja no Gurué, Alta Zambézia	Rui Rosário, Yara Nova e Naldo Horta	Julho de 2022
125	Terra da abundância, terra da miséria. Usurpação sinergística de recursos em Massingir	Natacha Bruna	Junho de 2022
124	Dinâmicas na produção agrícola no vale do Limpopo: o caso do arroz	Nelson Capaina	Maio de 2022
123	Efeitos das mudanças climáticas nos sistemas de produção em Moçambique: Implicações para a segurança alimentar	Máriam Abbas	Abril de 2022
122	Evolução dos Preços dos Bens Alimentares (2021)	Yara Nova e Jonas Mbiza	Março de 2022
121	Ingredientes para uma revolta de jovens - Pobreza, sociedade de consumo e expectativas frustradas	João Feijó, Jerry Maquenzi e Aleia Rachide Agy	Fevereiro de 2022

*Para acessar aos restantes textos da série Observador Rural, visite a nossa página web pelo link: https://omrmz.org/observador-rural/

O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:

Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

EMBAIXADA DA NORUEGA

Suécia
Sverige

Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar
Maputo – Moçambique
www.omrmz.org